



INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

O Papel do Serviço Social na Educação Sexual de Crianças e Jovens: Abordagens nas Escolas

Maria Beatriz Antunes Fernandes

Mestrado em Serviço Social

Orientador(a):

Doutora Carla Isabel Mota de Carvalho, Professora Auxiliar,
Instituto Politécnico de Viseu – Escola Superior de Tecnologia e Gestão
de Lamego

Orientador(a):

Doutor Jorge Manuel Ferreira, Professor Associado com Agregação,
Iscte – Instituto Universitário de Lisboa

Outubro, 2025

Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas

O Papel do Serviço Social na Educação Sexual de Crianças e Jovens:
Abordagens nas Escolas

Maria Beatriz Antunes Fernandes

Mestrado em Serviço Social

Orientador(a):

Doutora Carla Isabel Mota de Carvalho, Professora Auxiliar,
Instituto Politécnico de Viseu – Escola Superior de Tecnologia e Gestão
de Lamego

Orientador(a):

Doutor Jorge Manuel Ferreira, Professor Associado com Agregação,
Iscte – Instituto Universitário de Lisboa

Outubro, 2025

Agradecimentos

A presente Dissertação assinala o culminar de um percurso académico e pessoal, que não teria sido possível sem o apoio, a orientação e o incentivo de várias pessoas, a quem expresso profunda gratidão. Em primeiro lugar, agradeço à minha orientadora, Professora Doutora Carla Isabel Mota de Carvalho, e ao meu coorientador, Professor Doutor Jorge Manuel Ferreira, pela disponibilidade, a orientação e apoio constante ao longo de todo o processo de investigação. As suas sugestões, críticas construtivas e palavras de encorajamento foram fundamentais para o desenvolvimento deste trabalho.

Agradeço igualmente aos profissionais e alunos que participaram neste estudo, pela generosidade em partilhar as suas experiências e perceções, tornando possível a concretização desta dissertação. Adicionalmente agradeço também ao Agrupamento de Escolas que acolheu o meu estudo e a todos os profissionais que o proporcionaram.

Às amigas que o Iscte me proporcionou, em especial, à Sofia, Jéssica, Beatriz, Raquel, Rafaela e Luna, pela partilha, amizade e apoio mútuo em todos os desafios enfrentados neste percurso. E à minha melhor amiga, Ariana, expresso um agradecimento muito especial pela força, incentivo e presença constante durante todo este processo.

Um agradecimento particularmente sentido à minha família, pelo amor e apoio incondicional. À minha mãe, pelos conselhos e pela sabedoria com que sempre me orientou. Ao meu pai, pelas palavras de incentivo e por nunca deixar de acreditar nas minhas capacidades. E ao meu irmão, pela escuta atenta e pelas palavras de conforto nos momentos mais exigentes.

Por fim, agradeço a todos aqueles que, de forma direta ou indireta, contribuíram para a concretização deste trabalho.

A todos, o meu sincero obrigada.

Resumo

A presente dissertação, “O Papel do Serviço Social na Educação Sexual de Crianças e Jovens: Abordagens nas Escolas”, teve como principal objetivo compreender de que forma é desenvolvida a Educação Sexual no 3.º ciclo do ensino básico e qual o contributo do Serviço Social na sua promoção em contexto escolar. O estudo é de natureza descritiva e utiliza uma abordagem mista na recolha de dados, recorrendo à aplicação de questionários e de entrevistas aos participantes. A análise dos dados, foi realizada por uma combinação de técnicas quantitativas e qualitativas, permitindo identificar os temas mais abordados, as metodologias utilizadas e as perceções dos intervenientes sobre esta área. Os resultados indicam que a Educação Sexual é desenvolvida de forma desigual entre turmas, privilegiando-se sobretudo os conteúdos de carácter biológico, em detrimento das dimensões relacionais e afetivas. Verificou-se também que os participantes reconhecem o papel que os assistentes sociais podem desempenhar na mediação entre escola, família e comunidade, sobretudo no apoio a situações de vulnerabilidade e na promoção de um ambiente educativo mais inclusivo.

Palavras-chave: Educação Sexual; Escola; Serviço Social; Sexualidade.

Abstract

The main objective of this dissertation, “The Role of Social Work in Sex Education for Children and Young People: Approaches in Schools” was to understand how Sex Education is developed in the third cycle of basic education and how Social Work contributes to its promotion in the school context. The nature of this study is descriptive and uses a mixed approach to data collection, implementing questionnaires and interviews to the participants. Data analysis was performed using a combination of quantitative and qualitative techniques, allowing for the identification of the most frequently addressed topics, the methodologies used, and the perceptions of the participants in this area. The results indicate that Sex Education is developed unevenly between classes, with a focus on biological content, to the detriment of relational and emotional dimensions. It was also found that participants recognise the role that social workers can play in mediating between school, family and community, especially in supporting situations of vulnerability and promoting a more inclusive educational environment.

Keywords: Sex Education; School; Social Work; Sexuality.

Índice Geral

Agradecimentos.....	i
Resumo	ii
Abstract.....	iii
Índice de Gráficos	vi
Siglas.....	vii
Introdução	1
Capítulo I – Enquadramento Teórico.....	2
1.1. Enquadramento conceptual da Educação Sexual.....	2
1.2. A Educação Sexual no Currículo Português.....	5
1.3. O papel do Serviço Social ao nível da Educação Sexual.....	10
Capítulo II - Metodologia.....	13
2.1. O objeto do estudo	13
2.2. Campo empírico.....	15
2.3. Universo.....	16
2.4. Lógica e Estratégia de Investigação	17
2.5. Técnicas de Recolha de dados.....	17
2.6. Técnicas de Análise de Dados	18
2.7. Limitações.....	19
2.8. Considerações Éticas.....	19
Parte III – Apresentação de Resultados	20
3.1. Participantes.....	20
3.2. Educação Sexual na Escola.....	21
3.2.1. Temas abordados no âmbito da Educação Sexual.....	22
3.2.2. Metodologias utilizadas na Educação Sexual	24
3.2.3. Perceção dos Alunos em relação à Educação Sexual	27
3.2.4. Perceção dos Profissionais Escolares na implementação da Educação Sexual	29
3.2.5. Constrangimentos e limitações na abordagem da Educação Sexual	32
3.3. Papel do Assistente social na Educação Sexual.....	34
3.4. Otimização da aprendizagem em Educação Sexual.....	36
Conclusões.....	38
Fontes.....	44
Referências Bibliográficas	40
Anexos	45

Índice de Quadros

Quadro 1.1: Evolução Legal da Educação Sexual em Portugal no século XX.....	6
Quadro 1.2: Evolução Legal da Educação Sexual em Portugal no século XXI.....	7
Quadro 3.1: Caracterização dos Participantes – Docentes e Profissionais do GIA.....	20
Quadro 3.2: Temas abordados no âmbito da Educação Sexual – Profissionais do GIA.....	23
Quadro 3.3: Metodologias utilizadas no âmbito da Educação Sexual - Profissionais do GIA.....	25
Quadro 3.4: Participação dos Alunos na abordagem da Educação Sexual - Profissionais do GIA.....	27
Quadro 3.5: Contributo da Educação Sexual para a formação integral - Profissionais do GIA.....	30
Quadro 3.6: Colaboração entre Profissionais na abordagem da Educação Sexual - Profissionais do GIA.....	31
Quadro 3.7: Constrangimentos e limitações na abordagem da Educação Sexual – Docentes Profissionais do GIA.....	32
Quadro 3.8: O papel do Assistente social na Educação Sexual - Profissionais do GIA.....	35

Índice de Gráficos

Gráfico 2.1: Representatividade da amostra no universo – Docentes.....	16
Gráfico 2.2: Representatividade da amostra no universo – Alunos.....	16
Gráfico 3.1: Temas abordados no âmbito da Educação Sexual – Alunos.....	22
Gráfico 3.2: Temas abordados no âmbito da Educação Sexual – Docentes.....	23
Gráfico 3.3: Metodologias utilizadas no âmbito da Educação Sexual – Alunos.....	24
Gráfico 3.4: Metodologias utilizadas no âmbito da Educação Sexual – Docentes.....	25
Gráfico 3.5: Perceção dos Alunos sobre a abordagem dos Profissionais no âmbito da Educação Sexual.....	27
Gráfico 3.6: Fontes de Informação a que recorrem os Alunos sobre Sexualidade.....	28
Gráfico 3.7: Contributo da Educação Sexual para a formação integral – Alunos.....	29
Gráfico 3.8: Contributo da Educação Sexual para a formação integral – Docentes.....	30
Gráfico 3.9: Contributo do Assistente social para a abordagem da Educação Sexual – Alunos.....	34

Siglas

DGE – Direção Geral da Educação

DGS – Direção-Geral de Saúde

EE – Encarregado de Educação

EIGE – Instituto Europeu para a Igualdade de Género

EOE – Equipa de Orientação Escolar

GIA – Gabinete de Informação e Apoio

IASSW – Associação Internacional de Escola de Serviço Social

IFSW – Federação Internacional de Assistentes Sociais

IPDJ – Instituto Português de Desporto e Juventude

OMS – Organização Mundial da Saúde

SICAD – Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências

Introdução

A Educação Sexual constitui uma dimensão essencial da formação integral das crianças e dos jovens, assumindo um papel determinante na promoção da saúde, da igualdade e do respeito pelos direitos humanos. A sua relevância tem vindo a ser reforçada pelas orientações internacionais e nacionais que reconhecem a importância de uma abordagem precoce, contínua e adaptada às diferentes etapas de desenvolvimento. Em Portugal, sobretudo a Lei n.º 60/2009, de 6 de agosto, e a Portaria n.º 196-A/2010, de 9 de abril, estabeleceram o enquadramento legal da Educação Sexual em meio escolar, definindo-a como parte integrante da Educação para a Saúde. Contudo, a sua aplicação prática continua a revelar-se heterogénea, variando consoante os contextos educativos e a articulação entre os diferentes Profissionais envolvidos.

O Serviço Social surge como uma área de intervenção com potencial para reforçar a Educação Sexual nas escolas, através da sua ação promotora de bem-estar, equidade e inclusão. O assistente social, enquanto mediador entre a escola, a família e a comunidade, possui competências que podem contribuir para o desenvolvimento de práticas educativas mais abrangentes e humanizadas, que contemplem as dimensões afetiva, relacional e social da sexualidade. A atuação do Serviço Social neste campo é ainda pontual, o que torna relevante compreender como este profissional pode participar de forma mais consistente nas dinâmicas escolares ligadas à Educação Sexual.

O presente estudo parte da seguinte pergunta de partida: Como é desenvolvida a Educação Sexual no 3.º ciclo do ensino básico e qual o contributo do Assistente social para a sua promoção em contexto escolar? O objeto de estudo centra-se, assim, na análise das práticas, perceções e desafios associados à implementação da Educação Sexual no 3.º ciclo e na identificação do papel que o Serviço Social pode desempenhar no seu reforço e continuidade. Nesse sentido, a investigação tem como objetivo geral compreender a forma como a Educação Sexual é desenvolvida nas escolas e de que modo o Serviço Social pode contribuir para a sua consolidação.

A metodologia de investigação adotada é de natureza descritiva, recorrendo a uma abordagem mista, combinando técnicas quantitativas e qualitativas. Foram aplicados questionários a Alunos do 9.º ano e a Docentes e realizadas entrevistas semiestruturadas à Assistente social, à Enfermeira e à Coordenadora do Gabinete de Informação e Apoio (GIA) da escola. Foi posteriormente realizada uma triangulação dos dados qualitativos e quantitativos recolhidos, permitindo uma análise mais completa das perceções e práticas relacionadas com a Educação Sexual.

Esta dissertação encontra-se estruturada em quatro Capítulos principais. O Capítulo I apresenta o enquadramento teórico, abordando os principais conceitos, a evolução histórica da Educação Sexual em Portugal e as orientações legais que a regulam. Além disso, apresenta a relação entre a Educação Sexual e o Serviço Social, refletindo sobre o papel do Assistente social em contexto educativo e as possibilidades da sua intervenção neste domínio. O Capítulo II descreve a metodologia adotada, apresentando a pergunta de partida e os objetivos do estudo, bem como a caracterização do campo

empírico, do universo e da amostra. Expõe ainda a lógica e as estratégias de investigação seguidas, as técnicas de recolha e de análise de dados utilizadas, as limitações encontradas e as considerações éticas que orientaram o desenvolvimento da investigação. O Capítulo III apresenta e analisa os resultados obtidos, organizando-os de acordo com os objetivos definidos. Por fim, nas Conclusões, são sintetizadas as principais conclusões, limitações e recomendações para futuras investigações.

Esta dissertação produz contributos para a reflexão sobre a integração do Serviço Social na Educação Sexual em meio escolar, procurando compreender como esta se concretiza e quais os contributos que o Assistente social pode oferecer no desenvolvimento de práticas educativas mais inclusivas e sensíveis às necessidades dos jovens.

Capítulo I – Enquadramento Teórico

O enquadramento teórico deste estudo procura contextualizar a Educação Sexual como dimensão essencial na formação dos jovens e evidenciar a relevância do Serviço Social na sua promoção em meio escolar. Para tal, apresenta-se uma revisão da literatura centrada nos principais conceitos, na evolução histórica da Educação Sexual em Portugal, nas orientações legais que a regulam e na relação entre esta área e o Serviço Social. Este enquadramento constitui, assim, a base conceptual que sustenta a análise empírica realizada, permitindo compreender o modo como se estrutura e desenvolve a Educação Sexual nas escolas e o papel que os Assistentes Sociais podem desempenhar nesse processo.

1.1. Enquadramento conceptual da Educação Sexual

Neste Capítulo são explanados diversos conceitos, nomeadamente, a sexualidade, o consentimento sexual, as relações amorosas saudáveis, a identidade de género, a orientação sexual e, por fim, a Educação Sexual abrangente.

A Organização Mundial da Saúde (OMS, 2006) define a sexualidade como:

(...) um aspeto central do ser humano ao longo da vida [que] engloba o sexo, as identidades e os papéis de género, a orientação sexual, o erotismo, o prazer, a intimidade e a reprodução. A sexualidade é vivida e expressa em pensamentos, fantasias, desejos, crenças, atitudes, valores, comportamentos, práticas, papéis e relações. Embora a sexualidade possa incluir todas estas dimensões, nem todas elas são sempre experienciadas ou expressas. A sexualidade é influenciada pela interação entre fatores biológicos, psicológicos, sociais, económicos, políticos, culturais, legais, históricos, religiosos e espirituais. (p.5)

Esta perspectiva indica que a sexualidade não pode ser entendida de forma isolada, mas sim enquanto resultado de um processo interativo entre as várias dimensões da vida do indivíduo e da sociedade. A compreensão e expressão da sexualidade é moldada desde muito cedo por meio das normas e valores de gênero, expectativas familiares, representações na comunicação social, crenças religiosas, educação escolar, entre outros fatores. Esses elementos contribuem para a formação de identidades sexuais e de gênero, influenciando as preferências, comportamentos e relacionamentos dos indivíduos ao longo de suas vidas. Assim, “(...) a sexualidade será resultado do diálogo entre as configurações biológicas, os desejos íntimos e os desdobramentos sociais, culturais e históricos. Desta maneira, existem tantas sexualidades quanto existem sujeitos no mundo (...)” (Caetano, 2013, p. 79). Reconhecer a complexidade da sexualidade significa compreender que não existe uma forma mais ou menos certa de ser sexual e que cada indivíduo é único na expressão da sua sexualidade.

Ao longo da vida, os indivíduos enfrentam diversos desafios no processo de descoberta e exploração da sua sexualidade. Esta abrange o ato sexual, mas também sentimentos, afetos e a relação que cada um tem com o outro e consigo mesmo enquanto ser sexual. Durante este processo, os indivíduos experienciam mudanças físicas, emocionais e sociais, podendo desencadear uma mistura de emoções. A decisão de iniciar a vida sexual é complexa e envolve responsabilidades físicas e emocionais, como a consciência sobre riscos de gravidez e doenças sexualmente transmissíveis, além de ser fundamental existir o consentimento sexual mútuo.

Segundo o Instituto Português de Desporto e Juventude (IPDJ, 2024), o consentimento sexual “É quando ambas as pessoas parceiras concordam e estão à vontade em envolver-se intimamente e/ou numa determinada prática sexual. É importante que ambas comuniquem sobre aquilo que estão à vontade para fazer, ou não fazer, durante a relação sexual.”. O consentimento não deve ser dado sob pressão ou coação externa ou sob a influência de substâncias psicoativas. Além disso, pode ser suspenso em qualquer ocasião, mesmo já tendo sido dado anteriormente (IPDJ, 2025).

Relativamente ao início da atividade sexual, a pressão social exercida pelos pares é um dos fatores que pode influenciar esta decisão. Quando jovens acreditam ou têm conhecimento de que os seus pares estão a ter relações sexuais, estes estão mais predispostos a ter relações sexuais (Peçi, 2017). Adicionalmente, segundo Peçi (2017), “Quando os adolescentes acreditam que os seus pares apoiam o uso de contraceptivos, eles ficam mais propensos a usar contraceptivos”. Assim sendo, a pressão dos pares pode influenciar não só o início da vida sexual como a prática de sexo seguro.

Um desafio que emerge do início desta experiência é a construção de relações amorosas saudáveis, baseadas em comunicação aberta e honesta, respeito mútuo, confiança, empatia, apoio emocional, flexibilidade, igualdade e equilíbrio de poder, intimidade emocional e física, resolução de conflitos e investimento no relacionamento (Mindpoint, s.d.). Isto, pois, durante a adolescência, a imaturidade emocional e a falta de experiência dos jovens são, por vezes, obstáculos ao sucesso de uma relação saudável. Segundo Farley & Kim-Spoon (2015), jovens com maior autorregulação têm tendência a ser mais fiéis, a ter mais satisfação com os seus vínculos e a contruir relações, no geral, mais equilibradas.

Em contrapartida, jovens com um grau menor de autorregulação encaram mais dificuldades em lidar com conflitos, manter compromissos ou resistir a impulsos, comprometendo a estabilidade das relações. No decorrer do processo de desenvolvimento da sexualidade, podem também surgir questões relacionadas com a identidade de género e a orientação sexual com que cada indivíduo se identifica.

O Instituto Europeu para a Igualdade de Género (EIGE, s.d.) admite que a identidade de género refere-se à “(...) experiência individual do género que cada pessoa sente no seu íntimo, a qual pode ou não corresponder ao sexo atribuído à nascença, incluindo a forma pessoal de sentir o corpo (que pode passar, por livre opção, pela modificação da aparência ou das funções corporais por via médica, cirúrgica ou outra) e outras formas de expressão de género, como o vestuário, a fala e os maneirismos.”. Além da identificação com o género atribuído à nascença, isto é, cisgénero, um indivíduo pode sentir-se não-binário, não se identificando de forma exclusiva com o género masculino ou feminino, por exemplo. Quando um indivíduo não se identifica com o sexo atribuído à nascença e tem o desejo de manifestar essa identificação, este é considerado transgénero.

A EIGE (s.d.) assume que a orientação sexual diz respeito à “(...) capacidade de cada pessoa de ter uma profunda atração emocional, afetiva ou sexual por indivíduos de género diferente, do mesmo género ou de mais de um género, assim como ter relações íntimas e sexuais com essas pessoas.”. Existem vários tipos de orientação sexual, nomeadamente, heterossexual, homossexual, bissexual, pansexual, assexual, entre outros. Um indivíduo heterossexual tem atração por uma pessoa do género oposto. Já um indivíduo homossexual tem atração por uma pessoa do mesmo género. Um indivíduo bissexual tem atração pelos dois géneros e um indivíduo pansexual tem atração pela pessoa, independentemente do género (Watson, 2025). Se um indivíduo não tiver nenhuma atração sexual por outras pessoas, este considera-se assexual. Quando os jovens apresentam dúvidas ao nível da sexualidade, estes obtêm informação a partir de diferentes fontes. De acordo com Silva *et al.* (2024), os adolescentes adquirem informação sobre sexualidade através de fontes confiáveis e não confiáveis de informação. As fontes confiáveis incluem “(...) programas escolares de educação sexual, profissionais de saúde e materiais educativos especificamente concebidos para informar e orientar os adolescentes.” (Silva *et al.*, 2024, p. 1). Por outro lado, as fontes não confiáveis englobam “(...) discussões entre pares, conversas em família, exposição nos meios de comunicação (...) e, cada vez mais, plataformas digitais como redes sociais, sites (...) e fóruns online.” (Silva *et al.*, 2024, p. 2). Os familiares e os pares apresentam-se como fontes muito utilizadas pelos adolescentes para obter informação sobre sexualidade, contudo, estas podem acarretar consequências como a transmissão de informações incorretas e/ou incompletas e propagação de estereótipos. Paralelamente, tem-se verificado um crescimento claro da internet como fonte de informação, o que transformou significativamente a forma como os jovens acedem e compreendem os temas relacionados com a sexualidade. No entanto, esta fonte, embora de fácil acesso, pode expor os adolescentes a conteúdos incorretos ou inadequados, exigindo, por isso, o desenvolvimento de competências críticas que lhes permitam avaliar a fiabilidade das informações disponíveis online e recorrer preferencialmente a fontes seguras e baseadas em evidência científica.

Segundo Anastácio (s.d.), a sexualidade é uma dimensão complexa da experiência humana, “(...) que envolve muitas escolhas, (e) para que estas sejam livres e responsáveis os adolescentes além de terem direito a proteção merecem ser informados em consonância com a sua fase de desenvolvimento.” (p. 2). Nesse contexto, surge a Educação Sexual Abrangente, que se refere à aprendizagem dos aspetos cognitivos, emocionais, sociais, interativos e físicos da sexualidade (BzgA, UNFPA, WHO, 2020). Esta evolui ao longo da infância e da adolescência até a idade adulta, de forma adequada, conforme a idade. Deste modo, “(...) equipa e capacita as crianças e os jovens com informações, competências para a vida e valores positivos para compreenderem e desfrutarem da sua sexualidade, terem relações mais seguras, mais saudáveis e mais gratificantes e assumirem a responsabilidade pela sua própria saúde e bem-estar sexual e pela dos outros.” (BzgA, UNFPA, WHO, 2020, p. 6).

A Educação Sexual abrangente não se limita apenas aos aspetos biológicos da reprodução, abordando também questões como a sexualidade, o género, a orientação sexual, a violência baseada no género, os sentimentos, a intimidade e prazer, a contraceção, a gravidez e as infeções sexualmente transmissíveis. Ao fornecer uma gama abrangente de informações e competências, possibilita que os jovens reflitam, compreendam e desafiem normas sociais pejorativas, que podem afetar as suas relações com os pares, pais, professores e comunidade (BzgA, UNFPA, WHO, 2020).

Nesse sentido, a Educação Sexual abrangente, além de assumir uma função preventiva de comportamentos sexuais de risco, tem em vista contribuir noutros níveis. De acordo com a DGE (s.d.), a Educação para a Sexualidade visa contribuir para a melhoria dos relacionamentos afetivo-sexuais entre os jovens, para a tomada de decisões conscientes e responsáveis e para a construção de uma vivência mais informada e equilibrada da sexualidade. Nesta linha, Alves (2009) acrescenta que a Educação Sexual deve “criar condições que permitam desenvolver as capacidades de cada cidadão para perceber e lidar com a sexualidade na base do respeito por si próprio e pelos outros e num clima de aceitação dos valores da tolerância, da não-discriminação e da não-violência, de abertura à diversidade e da capacidade crítica de debate e da experiência de responsabilidade e autonomia” (M.E. *et al.*, 2000, como citado em Alves, 2009, p. 69). Assim, a Educação Sexual contribui não apenas para a prevenção de riscos, mas também para a promoção de valores de respeito, igualdade e cidadania, assumindo um papel essencial na formação integral dos jovens.

1.2. A Educação Sexual no Currículo Português

Segundo Vilaça (2013), o tópico da Educação Sexual começou a ser abordado em Portugal principalmente a partir dos anos 70 com a criação, em 1971, de uma Comissão Interministerial, que tinha em vista estudar e propor medidas para a Educação Sexual em Portugal. Durante o século XX surgiram outros documentos legais no âmbito da Educação Sexual, conforme ilustrado no Quadro 1.1.

Quadro 1.1. –Evolução Legal da Educação Sexual em Portugal no século XX

Ano	Legislação	Conteúdo legal
1971	Despacho do Ministro da Educação Veiga Simão	Criação da Comissão para o Estudo da Educação e Sexualidade - inclusão de temas de anatomia e sexualidade nos manuais escolares
1984	Lei n.º 3/84, de 24 de março	Garantia do direito à educação sexual, como componente do direito fundamental à educação
1986	Lei n.º 46/86, de 14 de outubro - Lei de Bases do Sistema Educativo	Educação sexual integrada na formação pessoal e social em todos os ciclos
1989	Decreto-Lei n.º 286/89, de 29 de agosto	Criação da disciplina Desenvolvimento Pessoal e Social
1993	Despacho n.º 172/ME/93, de 13 de agosto	Programa de Promoção e Educação para a Saúde que tinha como objetivo: assegurar as ações de promoção e Educação para a Saúde, nomeadamente no âmbito da sida
1998	Resolução n.º 124/98, de 21 de outubro	Relatório Interministerial que estabelece um plano de ação em educação sexual e planeamento familiar
1999	Lei n.º 120/99, de 11 de agosto	Reforço das garantias do direito à saúde reprodutiva; estabelecimento da Educação Sexual no ensino básico e secundário, com informação adequada às idades dos Alunos
2000	Decreto-Lei n.º 259/2000, de 17 de outubro	Obrigatoriedade da promoção da saúde sexual e da sexualidade humana nas escolas, numa perspetiva interdisciplinar e integrada no currículo

Fonte: Elaborado própria – com base em Vilaça (2013)

Importa destacar que no Relatório Interministerial, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º124/98, de 21 de outubro, foram explanados os seguintes objetivos:

(...) promover a saúde sexual e reprodutiva, tendo como alvo prioritário os/as adolescentes e as populações especialmente vulneráveis; proporcionar condições para a aquisição de conhecimentos na vertente da educação sexual que contribuam para uma vivência mais informada, mais gratificante, mais autónoma e logo mais responsável da sexualidade; (...) criar condições que permitam desenvolver as capacidades de cada cidadão/ã para perceber e lidar com a sexualidade na base do respeito por si próprio/a e pelos/ as outros/as e num clima de aceitação dos valores de tolerância, da não-discriminação e da não violência, de abertura à diversidade e da capacidade crítica de debate e da experiência de responsabilidade e autonomia; (...). (Vilaça, 2013, p. 261)

Com a entrada no século XXI, a legislação no âmbito da Educação Sexual em Portugal também veio a sofrer algumas alterações, conforme evidenciado no Quadro 1.2.

Quadro 1.2: Evolução Legal da Educação Sexual em Portugal no século XXI

Ano	Legislação	Conteúdo legal
2005	Despacho n.º 25 995/2005, de 16 de dezembro	Criação de Grupo de Trabalho de Educação Sexual que propõe: a abordagem contínua da Educação Sexual, em articulação com estruturas de saúde, através de um programa mínimo e obrigatório, organizado por ciclo de ensino
2007	Despacho n.º 2506/2007, de 20 de fevereiro	Designação de coordenador de Educação para a Saúde por escola/agrupamento
2009	Parecer n.º 2/2009, de 22 de abril	Defende abordagem multidimensional da sexualidade (biológica, cultural, ética, afetiva, social e jurídica)
	Lei n.º 60/2009, de 6 de agosto	Regulamenta a implementação da educação sexual nas escolas: define objetivos, carga horária mínima e participação da comunidade escolar
2010	Portaria n.º 196-A/2010, de 9 de abril	Específica: objetivos mínimos de educação sexual por ciclo de ensino
2021	Resolução da Assembleia da República n.º 154/2021	Recomenda a revisão de conteúdos da Educação Sexual; reforça cumprimento da Lei n.º 60/2009, de 6 de agosto; cria mecanismos de avaliação da eficácia e ferramentas informativas para jovens; apoia projetos inclusivos e de igualdade de género

Fonte: Elaborado própria – com base em Vilaça (2013)

Ao nível do século XXI, destaca-se adiante a legislação mencionada pela Direção Geral da Educação (DGE, s.d.).

É com a Lei n.º 60/2009, de 6 de agosto, que se implementa a Educação Sexual nas escolas. Esta Lei estabelece como objetivos: a promoção do desenvolvimento de competências para escolhas informadas e seguras; a melhoria dos relacionamentos afetivo-sexuais dos jovens; a redução das consequências negativas dos comportamentos sexuais de risco; a promoção da igualdade entre os sexos e o respeito pela diversidade. A carga horária mínima prevista por esta lei refere que esta deve ser adaptada a cada contexto e distribuída de forma equilibrada pelos diversos períodos do ano letivo, não devendo ser inferior a seis horas para o 1.º e 2.º ciclos do ensino básico, nem inferior a doze horas para o 3.º ciclo do ensino básico e secundário. Esta lei estabelece também: a inclusão da educação sexual nos projetos educativos das escolas; a designação de um professor-coordenador da Educação para a Saúde; as parcerias com Profissionais de saúde e com a comunidade local; a criação de gabinetes de informação e apoio nos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário; e a participação ativa da comunidade escolar na implementação desta lei, nomeadamente, dos Encarregados de Educação, dos estudantes e das respetivas estruturas representativas.

No que diz respeito à Portaria n.º 196-A/2010, de 9 de abril, estabelece-se que no 1º ciclo, é trabalhada a noção do corpo e de limites e as diferenças entre rapazes e raparigas. Ora, no 2º ciclo, começa-se a

abordar a puberdade, as mudanças corporais, a diversidade, o género, reprodução, a contraceção e a prevenção de maus-tratos afetivos e sexuais. No 3º ciclo, por sua vez, aprofundam-se os temas já abordados e introduz-se o tema das infeções sexualmente transmissíveis, do ciclo menstrual e dos métodos contraceptivos. Por último, no Ensino Secundário, além de se abordarem todos os temas anteriores, a Educação Sexual foca-se mais em informações estatísticas sobre a idade de início de relações sexuais, taxas de gravidez e aborto na adolescência bem como nas consequências físicas e psicológicas.

Em suma, pode-se verificar evolução ao nível da Educação Sexual em Portugal pois, passou de meras recomendações iniciais para uma integração regulamentada no sistema educativo.

Concluído o Enquadramento legal da Educação Sexual em Portugal, considera-se agora importante caracterizar a aplicação desta área na atualidade ao nível do ensino.

Em Portugal, segundo a DGE, (s.d.), a Educação Sexual em meio escolar tem um carácter obrigatório e dirige-se “(...) a todos os Alunos que frequentam estabelecimentos de ensino básico e secundário da rede pública e os estabelecimentos da rede privada e cooperativa com contratos de associação, do território nacional.”. Deve ser integrada de forma transversal no currículo escolar, não estando confinada a uma disciplina, mas sim sendo abordada em várias disciplinas e em projetos educativos e atividades extracurriculares. De acordo com a DGE *et al.* (2017):

A educação para a sexualidade para ter os resultados desejáveis terá de dirigir-se à escola como um todo, penetrar em todos os seus ambientes, envolver todos os seus membros, aproveitar todos os momentos para, através de acontecimentos emocionais estruturados, construir modelos que promovam os valores e os direitos sexuais, sobre os quais os jovens possam desenvolver a sua própria identidade e o respeito para com os outros. (p.75)

Frade *et al.* (2009) considera a participação no processo de ensino e aprendizagem a forma mais eficaz de intervenção, identificando a metodologia de aprendizagem ativa centrada nos interesses dos Alunos o método de ensino privilegiado. Desta forma, o mesmo autor (Frade *et al.*, 2009) assume que o aluno é “(...) o principal agente da sua aprendizagem e [que] deve ser capaz de construir o seu próprio conhecimento, nas suas diferentes dimensões – cognitiva, emocional e comportamental.” (p. 24). Neste caso, o profissional desempenha o papel de apoiar, acompanhar e fornecer os recursos fundamentais para o aluno no processo de aprendizagem.

A Educação Sexual em Portugal sustenta-se numa série de orientações que visam garantir a qualidade da Educação e que estão alinhadas com as políticas educacionais do país. Nesse sentido, é essencial que os docentes e outros profissionais tenham em consideração a legislação vigente, nomeadamente, a Lei n.º 60/2009, de 6 de agosto, a Portaria n.º 196-A/2010, de 9 de abril, o Despacho n.º 2506/2007, de 20 de fevereiro, e o Despacho n.º 25 995/2005, de 16 de dezembro (DGE, s.d.).

De acordo com os programas disponibilizados pela DGE, disciplinas como Ciências Naturais, Sociologia, Antropologia e Cidadania e Desenvolvimento integram conteúdos que, direta ou

indiretamente, abordam aspetos da sexualidade humana, desde a sua dimensão biológica até questões socioculturais e éticas.

Em Ciências Naturais, nomeadamente no 6º e 9º ano, a Educação Sexual surge principalmente sob uma perspetiva biológica e reprodutiva, focando-se em temas como a anatomia e fisiologia do sistema reprodutor, ciclo menstrual, métodos contraceptivos e infeções sexualmente transmissíveis. Estes conteúdos fornecem uma base científica fundamental para a compreensão do corpo humano e da saúde sexual.

Por outro lado, disciplinas das ciências sociais, como Sociologia e Antropologia, abordam a Educação Sexual sob uma perspetiva mais sociocultural e relativa à identidade. Em Sociologia, exploram-se temas como papéis de género, construções sociais da sexualidade e desigualdades de género, que são fundamentais para compreender a forma como a sexualidade é vivida e interpretada na sociedade. Em Antropologia, surgem debates sobre diversidade de género e sexualidade e movimentos LGBTQIA+, permitindo uma análise crítica sobre as diferentes manifestações culturais da sexualidade.

A disciplina de Cidadania e Desenvolvimento tem como objetivo “(...) que os Alunos realizem aprendizagens através da participação plural e responsável na construção de cada um como cidadão e de sociedades mais justas e inclusivas, no quadro da democracia, do respeito pela diversidade e da defesa dos Direitos Humanos. (...)” (DGE, p. 2). Os domínios a desenvolver nesta disciplina organizam-se em dois grupos com implicações diferenciadas. A sexualidade integra a dimensão da saúde no 2.º Grupo, em que os domínios devem ser trabalhados num ano de escolaridade em cada período: ao longo do 1.º ciclo do ensino básico, ao longo do conjunto dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e ao longo do ensino secundário.

transversal e holística, promovendo temas como relações afetivo-sexuais saudáveis, consentimento e noção de limites pessoais, escolhas informadas e seguras na sexualidade, prevenindo comportamentos e situações de risco, e combate à discriminação sexual.

Estando integrada nestas disciplinas, a Educação Sexual nas escolas portuguesas, promove uma compreensão abrangente da sexualidade, abordando aspetos biológicos, socioculturais e éticos. Ao combinar conhecimentos científicos e sociais, tem-se em vista preparar os jovens para uma sexualidade saudável e responsável, contribuindo para o desenvolvimento de cidadãos informados, críticos e capazes de promover relações baseadas no respeito e na igualdade.

Embora não seja obrigatório, existe um documento, elaborado em parceria entre a DGE, a Direção-Geral de Saúde (DGS) e o Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências (SICAD), designado de Referencial de Educação para a Saúde (2017). Este referencial é uma ferramenta disponível a que os Profissionais podem recorrer, e que serve como um guia flexível e adaptável às realidades de cada contexto educativo. Tem como objetivo final capacitar os Alunos para lidar com questões relacionadas à saúde, ao longo da vida, promovendo, também, o envolvimento ativo da comunidade, incentivando a participação de famílias e outros agentes educativos, reconhecendo a sua importância na promoção da saúde das crianças e jovens. O documento aborda os seguintes temas: saúde

mental, educação alimentar, atividade física, comportamentos aditivos e afetos e educação para a sexualidade. No âmbito da Educação Sexual, os docentes e outros Profissionais escolares podem, através do último tema, “Afetos e Educação para a Sexualidade”, optar por utilizar o referencial e adaptá-lo conforme as necessidades do seu contexto educativo. O tema referido é estruturado em subtemas, que exploram aspetos relevantes na compreensão e vivência saudável da sexualidade, nomeadamente, a “Identidade e Género”, as “Relações Afetivas”, os “Valores”, o “Desenvolvimento da Sexualidade”, a “Maternidade e Paternidade” e os “Direitos Sexuais e Reprodutivos”. Este documento, embora proporcione conteúdos úteis para a promoção da saúde e educação sexual, não é obrigatório, como já foi referido, dependendo, assim, da instituição de ensino e da escolha individual de cada docente ou profissional.

Para além de sustentarem as suas práticas, ao nível da legislação e dos programas, os Docentes têm ainda na formação profissional contínua uma possibilidade de enriquecimento de conhecimento, e, no que diz respeito a esta área em particular, segundo Matos *et al.* (2014), é recomendável que os professores participem em formações específicas para adquirirem competências pedagógicas e científicas sobre o tema, permitindo-lhes abordar questões de sexualidade de forma adequada e sensível às faixas etárias dos Alunos. Silva *et al.* (2024) reforça esta necessidade, referindo que “Os adolescentes relatam sentir que os professores não estão preparados para fornecer educação sexual, sentem-se desconfortáveis em discutir esses temas e até mesmo demonstram indiferença.” (p. 9).

1.3. O papel do Serviço Social ao nível da Educação Sexual

A Federação Internacional de Assistentes Sociais e Associação Internacional de Escola de Serviço Social (IFSW e IASSW, 2014) definem o Serviço Social como:

(...) uma profissão de intervenção e uma disciplina académica que promove o desenvolvimento e a mudança social, a coesão social, o *empowerment* e a promoção da Pessoa. Os princípios de justiça social, dos direitos humanos, da responsabilidade coletiva e do respeito pela diversidade são centrais ao Serviço Social. Sustentado nas teorias do serviço social, nas ciências sociais, nas humanidades e nos conhecimentos indígenas, o serviço social relaciona as pessoas com as estruturas sociais para responder aos desafios da vida e à melhoria do bem-estar social.

A sexualidade, enquanto dimensão essencial do bem-estar humano, tem sido frequentemente negligenciada no campo do Serviço Social, sendo maioritariamente associada a uma lógica de risco. Contudo, diversos autores têm vindo a defender uma abordagem positiva e inclusiva da sexualidade, coerente com os princípios éticos que orientam a profissão e disciplina académica.

Desta forma, Vihro (2020) observa que, apesar da relevância evidente da sexualidade para o bem-estar humano, o Serviço Social “(...) tradicionalmente, ou permaneceu em silêncio sobre o assunto ou concentrou-se exclusivamente nos riscos e problemas a esta associados.” (p. 2). Defende que os

Assistentes Sociais devem promover a saúde e o bem-estar sexual, defender os direitos sexuais e prevenir a violência e o trauma relacionados com a sexualidade. Devem fazê-lo a partir de uma perspectiva positiva e inclusiva, em conformidade com os direitos humanos que orientam o Serviço Social, nomeadamente o respeito, a equidade e a dignidade humana.

Evidencia-se uma evolução da intervenção social, de uma lógica predominantemente preventiva e de risco para uma abordagem centrada na promoção da saúde sexual, do bem-estar e da inclusão, reconhecendo a sexualidade como parte integrante do desenvolvimento humano e social.

Nesta mesma linha, Williams *et al.* (2016) aprofundam o conceito de sexualidade positiva, estruturando-o em oito dimensões interligadas que podem orientar o trabalho dos Assistentes Sociais em diferentes contextos e níveis de intervenção.

Estas dimensões incluem: a perspectiva dos pontos fortes, que reconhece as capacidades e recursos individuais; a compreensão da sexualidade como única, multifacetada e individual, moldada por fatores internos e externos; a aceitação da interdisciplinaridade, que permite uma leitura mais ampla e inclusiva das experiências sexuais; e a reflexão ética, que liga a sexualidade aos valores fundamentais da profissão, como a dignidade humana e a justiça social.

Williams *et al.* (2016) sublinham ainda a importância de uma comunicação aberta e honesta, essencial para a criação de relações de confiança e para a desconstrução de tabus, bem como a necessidade de humanizar a sexualidade, reconhecendo-a como parte integrante do bem-estar e da identidade pessoal e utilizando uma linguagem inclusiva e respeitosa que reitere a diversidade de práticas e identidades, além de combater estigmas. Adicionalmente, através de uma abordagem pacífica, o Serviço Social pode substituir a lógica do controlo e do julgamento por práticas baseadas no diálogo e na empatia.

Os autores destacam a relevância da sexualidade positiva nos níveis micro, meso e macro. No nível micro, através da validação das escolhas individuais e do fortalecimento da autonomia. Por sua vez, no nível meso, a partir da promoção de relações familiares e comunitárias inclusivas. Por fim, no nível macro, através da defesa de políticas e práticas sociais que garantam o exercício pleno dos direitos sexuais.

O modelo de Williams *et al.* (2016) propõe uma visão holística e humanizada da sexualidade, em sintonia com os princípios éticos do Serviço Social.

Em consonância com esta visão, Brandon-Friedman (2019) aplica a abordagem da sexualidade positiva ao contexto do desenvolvimento sexual juvenil, articulando-a com duas perspectivas teóricas principais que dominam a literatura: “(...) uma baseada na psicologia do desenvolvimento e a outra nas teorias da socialização sexual.” (p. 357). A primeira centra-se nos processos intrapsíquicos e emocionais e a segunda destaca o papel das normas culturais, das mensagens mediáticas e das interações sociais na formação da identidade sexual. Ao integrar estas duas dimensões, o autor defende que a sexualidade deve ser compreendida como um processo contínuo e contextual, moldado pela interação entre fatores biológicos, psicológicos, sociais e culturais.

Neste enquadramento, os assistentes sociais podem assumir um papel central, possibilitando aos jovens compreender como as suas experiências pessoais influenciam o seu desenvolvimento sexual. Como afirma o autor “(...) a capacidade de ajudar os jovens a compreender como as suas experiências afetaram o seu desenvolvimento sexual e influenciaram o seu comportamento sexual (...) será essencial.” (Brandon-Friedman, 2019, p. 362). Dando continuidade a esta ideia, Brandon-Friedman (2019) reforça que a intervenção dos Assistentes Sociais deve assentar na promoção de um “(...) ambiente sexualmente positivo e sem julgamentos (...)” (p. 362). Este posicionamento ético e empático contribui para a criação de espaços de diálogo e confiança, nos quais os jovens se sintam seguros para explorar as suas experiências, valores e identidades sem receio de julgamento, assim como defendido por Williams *et al.* (2016). Deste modo, o autor evidencia que a prática profissional deve ultrapassar uma lógica normativa ou centrada na correção do comportamento, assumindo antes uma dimensão educativa, centrada na compreensão e na aceitação.

À semelhança de Williams *et al.* (2016), Brandon-Friedman (2019) aplica esta visão abrangente aos três níveis de intervenção do Serviço Social. Defende que “Nas suas interações com os clientes, os assistentes sociais são formados para examinar as vidas dos clientes a nível micro, mezzo e macro e para considerar a interação entre estes sistemas.” (p. 361).

No nível micro, destaca o papel do Assistente social no apoio direto aos jovens, dando suporte na exploração da sua identidade sexual e na gestão de emoções. Por sua vez, no nível meso, o foco recai sobre a mediação com as famílias e grupos, promovendo contextos relacionais seguros e de aceitação. Por fim, no nível macro, o autor sublinha a necessidade de transformar as representações sociais e políticas sobre a sexualidade juvenil, questionando a narrativa baseada no risco e promovendo políticas públicas inclusivas que garantam os direitos e a autodeterminação dos jovens.

De acordo com Brandon-Friedman (2019), a importância da intervenção dos assistentes sociais no âmbito da sexualidade intensifica-se em contextos em que os jovens enfrentam desafios adicionais relacionados com a sua identidade sexual, nomeadamente, com jovens que se identificam com minorias sexuais, que cresceram num contexto religioso ou que vivenciaram trauma sexual.

Estes autores reafirmam a necessidade de integrar a sexualidade na ação do Serviço Social, a partir de uma perspetiva positiva, que promova o bem-estar, a inclusão e os direitos sexuais.

No ambiente escolar, os assistentes sociais integram equipas multidisciplinares nos GIA, em conjunto com profissionais de diversas áreas de formação específica, consoante a necessidade da escola, nomeadamente, psicologia, saúde, direito e educação. Estas equipas permitem que “(...) cada problemática seja estudada por diversas áreas para que a realidade a ter em conta beneficie de informações que podem ser reveladoras para cada caso.” (Gomes, 2011, p.12). Nesse sentido, garantem que a sexualidade seja abordada de forma holística, contemplando as diversas perspetivas técnicas. Os GIA devem assegurar a confidencialidade, a participação dos Alunos na definição de objetivos e uma fonte de informação segura que responda às perguntas dos Alunos (Lei n.º 60/2009, de 6 de agosto, artigo 10.º). Adicionalmente, estes profissionais têm a possibilidade de articular com as unidades de

saúde locais, tendo em vista o encaminhamento para consultas de planeamento familiar e o acesso a métodos contraceptivos adequados às necessidades dos Alunos. Deste modo, os GIA garantem uma Educação Sexual integrada, segura, e acessível aos Alunos.

Ainda assim, persiste a perceção de que esta equipa apenas está disponível apenas para os estudantes em situações problemáticas, isto é, “(...) os adolescentes sabem que a EOE [Equipa de Orientação Escolar] está disponível, mas acreditam que o que contam será “transformado num problema”, ou consideram que os Profissionais apenas limitam as suas intervenções a situações problemáticas ou a Alunos problemáticos.” (Fernández, 2019, p. 15). Para contrariar e redefinir este pressuposto, e otimizar o vínculo entre profissional e estudante, é fulcral que as intervenções dos assistentes sociais assentem na promoção dos direitos dos adolescentes, e não se cinjam apenas ao apoio em situações de risco e perigo. Assim, deste modo, os assistentes sociais poderão desempenhar um papel fundamental na criação de um ambiente seguro e inclusivo e promover a equidade e bem-estar. Neste contexto, será possível os jovens explorarem a sua identidade sexual e, por sua vez, assegurarem o exercício dos seus direitos sexuais.

Em suma, o enquadramento teórico permitiu compreender a complexidade da Educação Sexual e o papel do Serviço Social na sua promoção em contexto escolar, fornecendo a base conceptual necessária para a presente investigação, cuja operacionalização será detalhada de seguida no enquadramento metodológico.

Capítulo II - Metodologia

A metodologia constitui o alicerce que sustenta a coerência e a validade de qualquer investigação científica. Assim como refere Mohajan (2018) trata-se da “(...) lógica de desenvolvimento do processo utilizado para gerar a teoria, que é o quadro processual no qual a investigação é conduzida.” (p. 26). Nesta linha de pensamento, descreve-se ao longo deste Capítulo o objeto, as perguntas de partida e os objetivos do estudo, detalha-se o campo empírico, o universo e amostra e a lógica e estratégias de investigação, bem como as técnicas de recolha, técnicas de análise de dados, as limitações enfrentadas e as considerações éticas.

2.1. O objeto do estudo

De acordo com Pacheco (2006), “A investigação inicia-se pela “definição de um problema”” (p. 13). O objeto do estudo centra-se na Educação Sexual no 3.º ciclo e no contributo do Serviço Social em contexto escolar. Esta problemática emerge não apenas da relevância social do tema, mas também da constatação de que a Educação Sexual tem sido apontada, por diversas investigações, como um fator essencial para a prevenção e atenuação de comportamentos sexuais de risco na adolescência. Sendo a Educação Sexual uma área que tem em vista a promoção do bem-estar dos indivíduos, apresenta-se o

Serviço Social como um agente potencialmente relevante neste domínio. Nesse sentido, e com o intuito de contextualizar a problemática estudada, destacam-se alguns estudos anteriores que evidenciam a relação entre Educação Sexual e comportamentos de risco em jovens.

A nível internacional, o estudo de Mueller, Gavin e Kulkarni (2008) realça a associação entre Educação Sexual e a idade na primeira relação sexual e utilização de contraceção na primeira relação sexual. Foi usada uma amostra de 2019 adolescentes norte-americanos, com idades compreendidas entre os 15 e os 19 anos, dos quais 1026 eram rapazes e 993 raparigas. Das 993 raparigas inquiridos, 41% já tinham iniciado a vida sexual, enquanto entre os 1026 rapazes, essa proporção foi de 42%. No que respeita à idade da primeira relação, entre as raparigas que tiveram acesso a educação sexual, apenas 9% iniciaram antes dos 15 anos, valor que sobe para 22% quando não houve esse tipo de preparação. Entre os rapazes, os números seguem a mesma tendência: 10% iniciaram antes dos 15 anos quando receberam educação sexual, contrastando com 32% entre aqueles que não tiveram essa exposição. Quanto ao uso de contraceção na primeira relação sexual, verificou-se também uma diferença relevante. Entre as raparigas que receberam educação sexual, 76% recorreram a algum método contracetivo, face a 59% entre as que não tiveram essa experiência. Já no caso do género masculino, 83% dos que foram expostos à educação sexual utilizaram contraceção na primeira vez, comparando com 72% entre os que não receberam tal instrução.

No que concerne à gravidez na adolescência, Kohler, Manhart e Lafferty (2008) procuraram conhecer, internacionalmente, a correlação entre a Educação Sexual e, entre outros comportamentos, a gravidez na adolescência. Concluíram que, com a exposição a Educação Sexual Compreensiva, 67,8% da amostra de adolescentes heterossexuais com idades entre 15 e 19 anos, não tiveram uma gravidez na adolescência. Em contrapartida, apenas 8,6% da amostra, sem a exposição a nenhum tipo de Educação Sexual, não passou por uma gravidez na adolescência. Adicionalmente, reportaram que 23,6% da amostra, que foi exposta a Educação Sexual baseada exclusivamente na abstinência, não tiveram uma gravidez na adolescência.

Os dados destes estudos internacionais demonstram que a Educação Sexual desempenha assim um papel fundamental na promoção de comportamentos sexuais mais responsáveis, favorecendo o adiamento do início da atividade sexual, o crescimento da utilização de métodos contracetivos entre os jovens e, a longo termo, a diminuição da gravidez na adolescência.

A nível nacional, não se encontrou nenhum estudo que evidencie a correlação direta entre a Educação Sexual e os diversos comportamentos sexuais de risco. Não obstante, diversos são aqueles que abordam os comportamentos sexuais de risco (Marreiros, 2002; Pinto & Reis, 2017).

Sustentando esta investigação na Revisão de Literatura e na conceção do problema, decorre assim a necessidade de compreender a forma como a Educação Sexual é abordada junto das crianças e jovens no contexto escolar, sendo esta central na difusão de informações precisas e fundamentadas sobre a sexualidade. Ambiciona-se, igualmente, observar de que forma diferentes perspetivas e profissionais,

como o assistente social, são incluídos no processo educativo. Nesse sentido, considera-se importante dar resposta à seguinte pergunta:

- De que modo as práticas de Educação Sexual no 3.º ciclo do ensino básico incorporam princípios de inclusão e abrangência, e qual o papel do Assistente Social nesse processo?

Esta questão visa compreender a implementação da Educação Sexual no 3º ciclo, fase crucial para a exploração da sexualidade e construção da identidade dos jovens. A Educação Sexual abrangente fornece informações seguras e inclusivas sobre sexualidade, género, orientação sexual, relações saudáveis e prevenção de riscos, capacitando os adolescentes a tomar decisões responsáveis (Bzga, UNFPA, WHO, 2020). Além disso, a pergunta centra-se no papel do assistente social como recurso para promover uma Educação Sexual inclusiva e abrangente. Este profissional atua em níveis micro, meso e macro, apoiando os jovens na exploração da identidade sexual, colaborando com famílias e escolas e promovendo práticas educativas respeitadas e seguras (Brandon-Friedman, 2019).

Em síntese, ao explicar como é desenvolvida no 3º ciclo a Educação Sexual e como o assistente social pode contribuir para a sua melhoria, este estudo procura contribuir para a promoção de uma Educação Sexual mais inclusiva, abrangente e adaptada às necessidades dos jovens.

Tendo em conta o já expresso, foram delineados os seguintes objetivos gerais:

- Analisar a implementação da Educação Sexual no 3º ciclo do ensino básico e identificar os temas abordados;
- Conhecer a perceção que os atores envolvidos na escola têm quanto à Educação Sexual prestada aos jovens de Hoje.

Destes objetivos gerais, estabeleceram-se como objetivos específicos:

- Identificar os temas abordados no 9º ano no âmbito da Educação Sexual;
- Identificar a metodologia e as estratégias utilizadas pelos Profissionais Escolares ao abordar a Educação Sexual no 9º ano;
- Conhecer a perceção dos Alunos do 9º ano e dos Profissionais Escolares sobre o ensino da Educação Sexual;
- Identificar os desafios com que se confrontam os Profissionais Escolares ao nível do desenvolvimento da Educação Sexual na escola;
- Identificar o contributo dos assistentes sociais na abordagem do tema, analisando de que forma este profissional pode contribuir para tornar a Educação Sexual mais inclusiva e abrangente.

2.2. Campo empírico

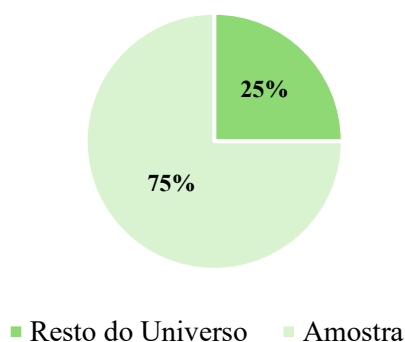
Com o intuito de alcançar os objetivos delineados para o presente estudo, foram estabelecidos contactos, por via de correio eletrónico, com cinco Agrupamentos de Escolas públicas do distrito de Lisboa que integravam, entre os seus profissionais, uma Assistente social. Contudo, apenas uma das instituições

contactadas manifestou disponibilidade e concedeu parecer favorável à realização do estudo, tornando-se, assim, o campo empírico da investigação.

2.3. Universo

No que se refere aos Profissionais envolvidos na abordagem da Educação Sexual nesta instituição com os Alunos do 9º ano, a totalidade do universo corresponde a: 4 Docentes, nomeadamente de Ciências Naturais e Cidadania e Desenvolvimento, a Coordenadora do GIA, a Enfermeira e a Assistente social. Não obstante, verificou-se que ao nível do universo dos Profissionais participaram aqueles conforme expresso no Gráfico 2.1. adiante:

Gráfico 2.1: Representatividade da amostra no universo - Docentes

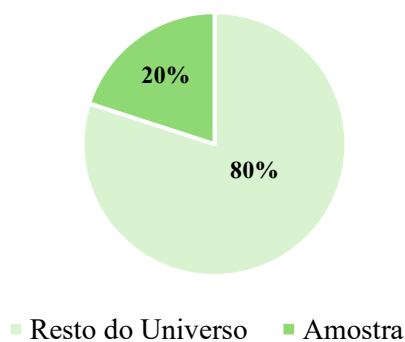


Fonte: Elaboração própria

Embora o estudo tenha sido aplicado à totalidade do universo dos atores-chave envolvidos na abordagem da Educação Sexual nesta escola, de entre as 2 Docentes de Ciências Naturais apenas uma se disponibilizou para colaborar no estudo.

No que diz respeito aos Alunos, o universo do estudo corresponde a 6 turmas do 9º ano, com 149 Alunos. A amostra destes participantes no universo total está expressa adiante no Gráfico 2.2:

Gráfico 2.2: Representatividade da amostra no universo - Alunos



Fonte: Elaboração própria

Deste universo foi constituída como amostra 30 Alunos de 3 turmas de 9º ano.

2.4. Lógica e Estratégia de Investigação

Após análise das diferentes possibilidades, decidiu-se realizar um estudo descritivo pois revelou-se ser a opção mais adequada ao desenvolvimento desta investigação.

Entende-se como estudo descritivo aquele que “(...) descreve as características da população ou do fenómeno que está a ser estudado. Esta metodologia centra-se mais no “quê” do objeto de investigação do que no “porquê” do objeto de investigação.” (Manjunatha, 2019, p. 863).

Este tipo de estudo permite assim mapear a realidade existente do objeto de estudo, contemplar diferentes perspetivas e identificar boas práticas ou lacunas, produzindo dados relevantes para futuras reflexões ou intervenções.

Esta investigação é um estudo de caso pois “(...) consiste na observação detalhada de um contexto, ou indivíduo, de uma única fonte de documentos ou de um acontecimento específico.” (Bogdan & Biklen, 1994, p. 89). Esta opção permite realizar uma análise aprofundada e detalhada de uma escola em específico, o que possibilita compreender, de forma concreta, como a Educação Sexual é implementada num contexto real. Esta abordagem oferece uma visão clara dos desafios, das práticas e da perceção dos envolvidos, ajudando a identificar fatores específicos que podem influenciar o sucesso ou as dificuldades na implementação.

Para atingir os objetivos delineados, decidiu-se seguir uma lógica predominantemente indutiva e uma abordagem metodológica mista, combinando abordagens qualitativas e quantitativas para alcançar uma compreensão abrangente e holística do fenómeno em questão.

2.5. Técnicas de Recolha de dados

A escolha das técnicas de recolha de dados recaiu sobre o inquérito por questionário e a entrevista, de modo a possibilitar uma análise abrangente das dimensões teóricas e empíricas identificadas na Revisão de Literatura. A combinação destas técnicas pretendeu conferir maior consistência metodológica ao estudo, contribuindo para a sua validade e fiabilidade.

Relativamente aos questionários, foram aplicados com o objetivo de recolher dados de diversos intervenientes (30 Alunos e 3 Docentes, uma de ciências naturais e duas de cidadania e desenvolvimento) permitindo comparar as perceções entre si, identificar padrões gerais e contrastar essas perceções com informações já existentes. Considera-se que “(...) este traduza fielmente as opiniões das pessoas interrogadas e as perguntas postas deem às pessoas a oportunidade de exprimirem as atitudes e opiniões que são relevantes na explicação dos seus comportamentos efectivos.” (Fernandes, 1995, p. 172).

Optou-se por aplicar os questionários a Alunos do 9º ano tendo em consideração que estes já contataram com a Educação Sexual ao longo de três ciclos de ensino, e atendendo à faixa etária em que se encontram, são detentores de uma perceção mais clara acerca da forma como o tema é abordado no

contexto educativo. Decidiu-se igualmente aplicar as entrevistas aos docentes de Ciências Naturais e Cidadania e Desenvolvimento do 9º ano, uma vez que são estes os Profissionais atualmente previstos em Portugal abordar a Educação Sexual neste ano de escolaridade. O questionário aplicado aos Alunos corresponde ao Anexo A, enquanto o aplicado às Docentes encontra-se no Anexo B.

Os questionários estimaram a duração de cerca de 15 minutos e incluíram, no caso dos Alunos, 19 questões (17 fechadas e 2 abertas), enquanto no dos professores, totalizaram 20 questões (15 fechadas e 5 abertas).

No âmbito do inquérito por entrevista, foram efetuadas entrevistas semiestruturadas individualmente a cada um dos restantes participantes previstos: Enfermeira, a Assistente social e a Coordenadora do GIA). Pretendeu-se com este instrumento de recolha obter informação complementar visando aprofundar a visão de outros profissionais, que não os docentes. Esta técnica possibilitou explorar intensivamente e com profundidade as perceções e experiências destes atores, diferindo do questionário apenas “(...) pela mais demorada e metódica atenção que se dá ao entrevistado.” (Fernandes, 1995, p. 173).

Decidiu-se realizar entrevistas à Assistente social, à Enfermeira e à Coordenadora do GIA, por serem profissionais que intervêm ativamente nas áreas da Educação para a Saúde e da Educação Sexual, mantendo um contacto direto e regular entre si, através de uma articulação interdisciplinar no contexto escolar. A inclusão da Assistente social revelou-se particularmente relevante, uma vez que permite compreender o contributo específico do Serviço Social neste âmbito, em consonância com o objetivo central deste estudo. Os guiões de entrevistas utilizados com cada uma das participantes encontram-se no Anexo C (Assistente social), Anexo D (Enfermeira) e Anexo E (Coordenadora do GIA).

Cada uma das entrevistas realizou-se, em média, durante cerca de 30 minutos. As entrevistas da Assistente social e Enfermeira detinham 10 questões, ao passo que a entrevista com a Coordenadora do GIA 11 questões.

2.6. Técnicas de Análise de Dados

No âmbito da análise dos dados, e garantindo o anonimato dos participantes, começou por se proceder à codificação dos participantes ao nível dos dados extraídos dos diferentes instrumentos: Docentes (D1, D2, D3), Alunos (A1, A2, A3, ...), Assistente social (AS), Enfermeira (E) e Coordenadora do GIA (C). No que diz respeito à organização e tratamento dos dados, por indicação dos Docentes, os questionários foram aplicados em formato papel e, posteriormente, os dados foram recolhidos e explanados em tabelas.

Procedeu-se no decorrer desta investigação, à análise estatística descritiva dos dados extraídos dos questionários, indo ao encontro de Lapa (2021) que salienta “A estatística descritiva se ocupa de organizar e descrever os dados de uma amostra geralmente na forma de gráficos e tabelas.” (p. 74). Desta forma, pretendeu-se caracterizar e sintetizar as respostas dos participantes.

No que se refere às entrevistas, tendo a devida autorização dos participantes, foram gravadas e transcritas integralmente. Através das transcrições, procedeu-se à análise de conteúdo uma vez que esta, de acordo com Batista *et al.* (2021), permite realizar inferências e interpretações através do discurso analisado. Esta técnica possibilitou aferir a correlação entre as perspetivas dos diversos profissionais envolvidos. Para explanar a análise da informação qualitativa recorreu-se a quadros.

Tendo em vista uma compreensão mais sólida e completa do objeto do estudo procedeu-se a uma triangulação dos dados quantitativos e qualitativos.

2.7. Limitações

No decorrer do estudo foi possível verificar que os estudos em torno do papel do Serviço Social na Educação Sexual são ainda poucos e, no que diz respeito a este estudo em particular, a amostra limitou-se a uma única escola e a 30 Alunos, de entre 149, o que perfaz cerca de 20% dos Alunos. Tal inviabiliza assim generalização dos resultados para outras escolas ou contextos, tornando-os mais específicos para o local estudado. Além disso, a seleção de participantes foi condicionada à disponibilidade do universo dos participantes para colaborar com a investigação, o que limitou a inclusão de outros profissionais ou turmas que poderiam ter contribuído com perspetivas adicionais.

2.8. Considerações Éticas

Previamente, os documentos de consentimento dos participantes e os instrumentos deste estudo foram submetidos à apreciação da Comissão de Ética da Escola de Sociologia e Políticas Públicas, tendo sido obtido um parecer final positivo, conforme exposto no Anexo F.

O presente estudo cumpriu assim todas as normas éticas aplicáveis à investigação com menores. Foi obtido o consentimento informado dos Encarregados de Educação (EE) dos Alunos, bem como dos Profissionais envolvidos, assim como apresentado no Anexo G (EE), Anexo H (Docentes) e Anexo I (Profissionais do GIA). Além do consentimento escrito dos EE, obteve-se diretamente por parte dos Alunos participantes a sua vontade própria em participar, garantido assim a sua autodeterminação e respeitando a sua autonomia individual. O concelho e freguesia em que se realiza o estudo não é especificado, tendo em vista garantir em geral o anonimato da instituição e em particular dos participantes, especialmente aqueles que são menores. A confidencialidade dos dados foi garantida através da codificação das respostas e anonimização das informações na apresentação de resultados.

Tendo os participantes sido informados sobre o tema, objetivos e natureza voluntária, anónima e confidencial do estudo, pensa-se que a transparência foi assim garantida. Foi estimada a duração média do instrumento a ser aplicado e o período de conservação e armazenamento de dados previsto pelo período de 1 ano será garantido. Em caso de dúvidas, foi disponibilizado o contacto da investigadora, e esta pode vir a ser contactada pelos participantes.

Parte III – Apresentação de Resultados

Este capítulo apresenta e discute os resultados obtidos através dos questionários e entrevistas realizados no âmbito da investigação, organizando-os de acordo com os objetivos definidos. A análise permite caracterizar as práticas e percepções associadas à Educação Sexual no 3.º ciclo e identificar o papel que o Serviço Social assume neste domínio.

3.1. Participantes

No que concerne aos participantes, profissionais deste estudo, designadamente, a Assistente social, a Enfermeira, a Coordenadora do GIA e as Docentes, foi possível recolher alguns dados que os caracterizam, conforme Quadro 3.1:

Quadro 3.1: Caracterização dos Participantes – Docentes e Profissionais do GIA

Participante	Função que ocupa	Atividade (s) que desenvolve	Formação contínua em Educação Sexual
D1	Docente de Ciências Naturais	Ciências Naturais do 9º ano, incluindo temas de Educação Sexual.	Sim
D2	Docente de Cidadania e Desenvolvimento	Cidadania e Desenvolvimento do 9º ano, incluindo temas de Educação Sexual.	Não
D3	Docente de Cidadania e Desenvolvimento	Cidadania e Desenvolvimento do 9º ano, incluindo temas de Educação Sexual.	Não
AS	Assistente social	<ul style="list-style-type: none">- Diagnóstico de necessidades elaborado em colaboração com Coordenadores dos estabelecimentos do agrupamento;- Atendimentos sociais com os Alunos e/ou famílias: orientação, capacitação, avaliação de casos, ...;- Sinalização de Alunos às Entidades Competentes em Matéria em Infância e Juventude (ex.: CPCJ, Tribunal,...);- Encaminhamento dos Alunos para entidades externas ao AE;- Articulação com entidades externas ao AE.	Não
E	Enfermeira	<ul style="list-style-type: none">- Elo de ligação entre o Ministério da Educação e o Ministério da Saúde;- Ações no âmbito da saúde junto dos Alunos.	Sim
C	Coordenadora do GIA	<ul style="list-style-type: none">- Gestão dos elementos da equipa: atribuição de funções, diagnóstico de necessidades dos membros, reuniões, ...;- Coordenação de atividades e de projetos garantindo a articulação entre si;	Sim

		- Monitorização das ações visando a sua otimização.	
--	--	---	--

Fonte: Elaboração própria – a partir dos dados recolhidos através dos questionários e entrevistas

De acordo com C, nesta escola, há cerca de 2 anos, procedeu-se a uma reorganização quanto à abordagem aos temas incluídos no Plano Nacional de Saúde Escolar, nomeadamente, sexualidade, saúde mental, abuso de substâncias, entre outros. Para responder a essas necessidades, constituiu-se o GIA, que cumpre o papel previsto na Lei n.º 60/2009 de 6 de agosto, artigo 10.º, ao funcionar como espaço de informação e apoio em matéria de saúde e educação sexual. Este gabinete é constituído por uma equipa multidisciplinar que integra: a Assistente social, a Coordenadora, a Enfermeira e a Psicóloga. Ora esta entidade atua assim na linha de pensamento de Gomes (2011), permitindo, através das reuniões de equipa e momentos de reflexão referido por C, analisar cada problemática sob múltiplas perspetivas e recorrer às informações recolhidas para orientar intervenções ajustadas às necessidades dos Alunos.

No âmbito da formação, como observamos no Quadro 3.1., a C e a E, além da formação base em Biologia e Enfermagem, respetivamente, detêm formação contínua na área da sexualidade, ao contrário da AS. No que se refere às Docentes, todas admitem abordar a Educação Sexual na sua prática pedagógica, no âmbito das disciplinas de Cidadania e Desenvolvimento e de Ciências Naturais, indo assim ao encontro dos programas vigentes. No entanto, quanto ao frequentarem formação contínua na área, apenas uma destas admite tal (D1). Ainda assim, todas as Docentes consideram que o nível de formação que detêm se adequa aos conteúdos que abordam no âmbito da Educação Sexual.

Relativamente à legislação atual, o artigo 5.º, a) do Decreto-Lei n.º 22/2014 de 11 de fevereiro expressa as áreas de formação que estão previstas no regime jurídico da formação contínua de professores, todavia não as detalha com precisão: “Área da docência, ou seja, áreas do conhecimento, que constituem matérias curriculares nos vários níveis de ensino.”. Para Matos *et al.* (2014), é recomendável que os professores participem em formações específicas para adquirirem competências pedagógicas e científicas sobre o tema.

Da análise efetuada é possível perceber que, nesta escola, a educação para a sexualidade envolve vários atores da comunidade escolar, conforme recomendado pela DGE *et al.* (2017), e está a ser implementada recorrendo à articulação entre os Docentes e a equipa multidisciplinar do GIA.

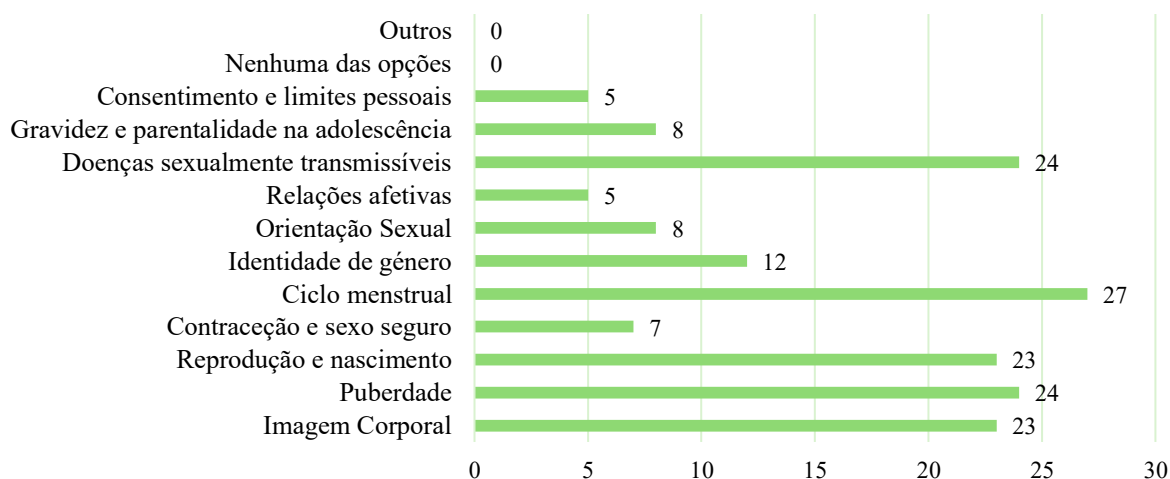
3.2. Educação Sexual na Escola

Nesta escola, todos os Alunos, Docentes e Profissionais do GIA referiram ter abordado a Educação Sexual, seja no âmbito de aulas ou em ações/atividades na escola. A maior parte dos Alunos (86,6%) referiu ter abordado Educação Sexual no 3º ciclo, enquanto 53,3% afirmaram terem abordado no 2º ciclo e apenas 16,6% no 1º ciclo. No decorrer do ano letivo, a maioria dos Alunos (63,3%) estima ter tido aproximadamente menos de 5 horas de Educação Sexual.

3.2.1. Temas abordados no âmbito da Educação Sexual

Os dados recolhidos possibilitaram averiguar que temas eram desenvolvidos na abordagem da Educação Sexual nesta escola, conforme apresentado no Gráfico 3.1. e 3.2. e Quadro 3.2.

Gráfico 3.1: Temas abordados no âmbito da Educação Sexual - Alunos

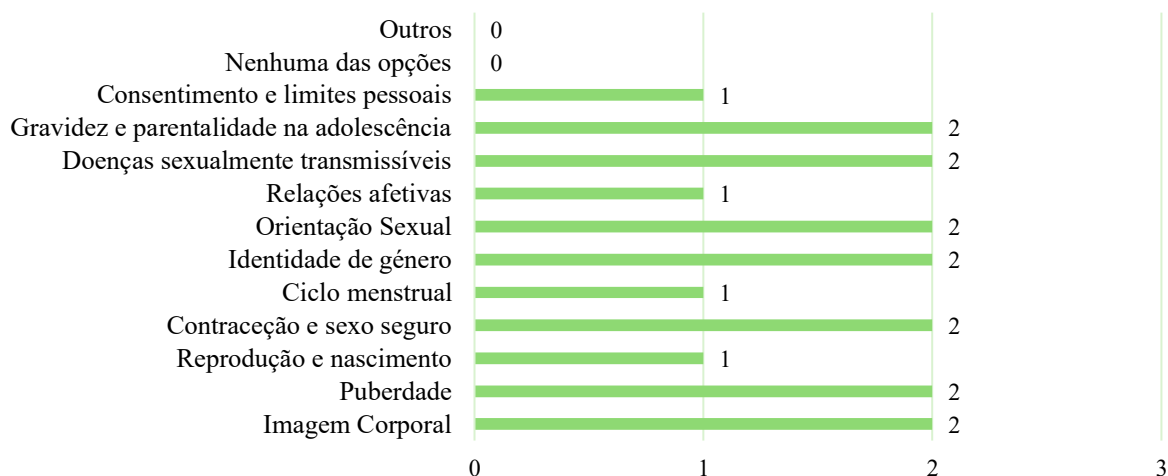


Fonte: Elaboração própria – a partir dos dados recolhidos através dos questionários

De acordo com o Gráfico 3.1., observa-se um consenso significativo entre os Alunos relativamente à abordagem de determinados conteúdos no âmbito da Educação Sexual, nomeadamente as doenças sexualmente transmissíveis (80%), o ciclo menstrual (90%), a reprodução e o nascimento (76,6%), a puberdade (80%) e a imagem corporal (76,6%). Contudo, verificam-se divergências quanto ao reconhecimento de outros temas, uma vez que alguns Alunos afirmam que estes foram trabalhados, enquanto outros não partilham dessa percepção. Esta variação pode ser compreendida à luz da Lei n.º 60/2009, de 9 de agosto, que, no Artigo 6.º, estabelece a inclusão obrigatória da Educação Sexual nos projetos educativos dos agrupamentos escolares, assegurando uma linha orientadora comum, e, no Artigo 7.º, determina a elaboração de um Projeto de Educação Sexual por turma, sob responsabilidade do diretor de turma e dos Docentes envolvidos. Assim, embora existam orientações gerais ao nível do agrupamento, a seleção e operacionalização dos temas pode diferir de turma para turma, refletindo percepções distintas por parte dos Alunos de diferentes turmas.

Quando questionados sobre a suficiência dos temas abordados no âmbito da Educação Sexual, a maioria dos Alunos (53,3%) afirma que as suas dúvidas foram apenas parcialmente esclarecidas através dos temas abordados. Nesse sentido, a maior parte dos Alunos sugerem que sejam mais explorados, principalmente, os seguintes temas: a gravidez e parentalidade na adolescência (26,6%) e o consentimento e limites pessoais (33,3%).

Gráfico 3.2: Temas abordados no âmbito da Educação Sexual - Docentes



Fonte: Elaboração própria – a partir dos dados recolhidos através dos questionários

Os resultados apresentados no Gráfico 3.2. evidenciam que a maioria das Docentes (66,6%) referiu abordar conteúdos relacionados com a gravidez e parentalidade na adolescência, as doenças sexualmente transmissíveis, a orientação sexual, a identidade de gênero, a contraceção e sexo seguro, a puberdade e a imagem corporal.

Quadro 3.2: Temas abordados no âmbito da Educação Sexual – Profissionais do GIA

Participante	Temas abordados no âmbito da Educação Sexual
AS	- Reprodução e nascimento; - Doenças sexualmente transmissíveis; - Ciclo menstrual; - Consentimento e limites pessoais; - Gravidez e parentalidade na adolescência.
E	- Consentimento e limites pessoais; - Contraceção e sexo seguro; - Gravidez e parentalidade na adolescência; - Doenças sexualmente transmissíveis; - Violência no namoro; - Orientação sexual.
C	- Reprodução e nascimento; - Contraceção e sexo seguro; - Gravidez e parentalidade na adolescência; - Consentimento e limites pessoais; - Violência no namoro; - Outros temas adjacentes à Educação Sexual.

Fonte: Elaboração própria – a partir dos dados recolhidos através das entrevistas

Quando se consideram as respostas da AS, da E e da C (Quadro 3.2.), verifica-se um alinhamento nos seguintes conteúdos, nomeadamente, no consentimento e limites pessoais e na gravidez e parentalidade na adolescência. Por sua vez, a E e a C referem a violência no namoro, tema não assinalado nem pelos Docentes nem pelos Alunos, mas que se relaciona com as relações afetivas, reconhecidas, no entanto, pela minoria das Docentes (33,3%) e dos Alunos (16,6%). Por fim, a C evidencia também a abordagem

de temas adjacentes à Educação Sexual, como a saúde mental e o abuso de substâncias, que se relacionam de alguma forma com o desenvolvimento da sexualidade dos jovens.

A maioria dos Alunos e das Docentes estão em consonância apenas nos seguintes temas: doenças sexualmente transmissíveis, puberdade e imagem corporal. Verifica-se que a maior parte dos Alunos percecionam que os temas mais abordados são de foro biológico, enquanto as a maioria das Docentes referem abordar também temas no âmbito afetivo-relacional. As Profissionais do GIA abordam principalmente temáticas que integram a esfera biológica, alinhando-se com a percepção da maioria dos Alunos. Com a maior parte das Docentes, estas Profissionais encontram-se em conformidade apenas no âmbito da gravidez e parentalidade na adolescência.

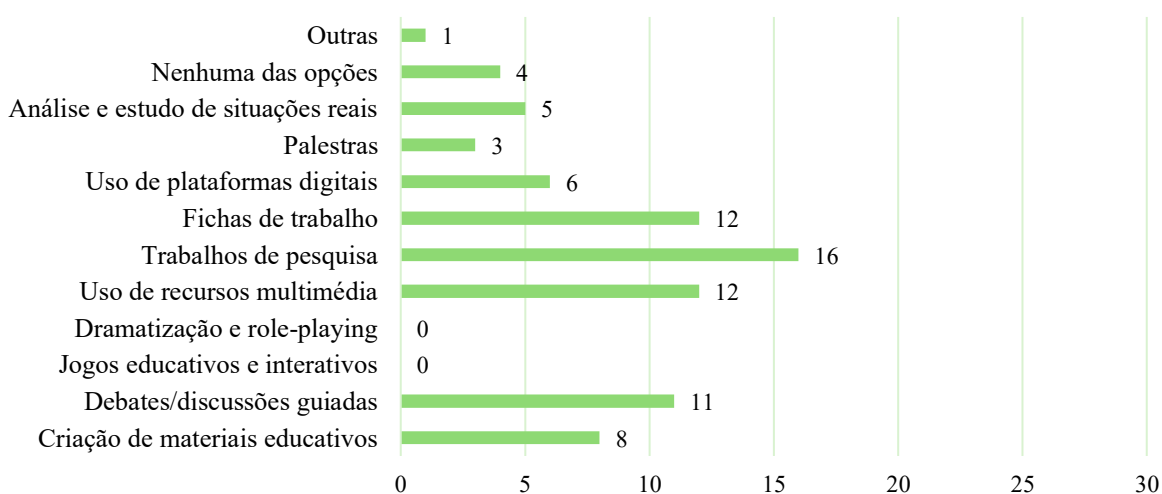
Em síntese, os resultados obtidos confirmam uma tendência para a prevalência de conteúdos de natureza biológica, em detrimento das dimensões relacionais e afetivas, o que se distancia da perspetiva de uma Educação Sexual abrangente defendida por organismos como BzgA, UNFPA & WHO (2020).

3.2.2. Metodologias utilizadas na Educação Sexual

De acordo com a maioria dos Alunos (93,3%), os maiores responsáveis por realizarem aulas ou ações acerca da Educação Sexual são os Docentes de Ciências Naturais. De seguida, são indicados, por um total de 60% dos Alunos, os Docentes de Cidadania e Desenvolvimento e, apenas 3,3% dos Alunos refere a abordagem da Educação Sexual por Profissionais do GIA.

Explorou-se que metodologias eram utilizadas, seja em contexto de aula como noutros momentos, pelos demais Profissionais escolares, assim como evidenciado nos Gráficos 3.3. e 3.4. e Quadro 3.3.

Gráfico 3.3: Metodologias utilizadas no âmbito da Educação Sexual - Alunos

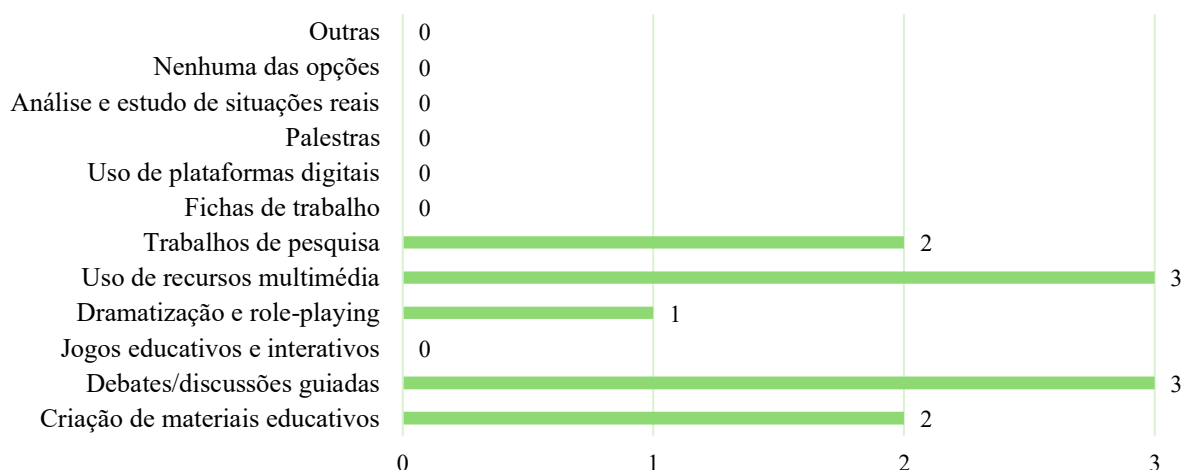


Fonte: Elaboração própria – a partir dos dados recolhidos através dos questionários

De acordo com o Gráfico 3.3., a maior parte dos Alunos (53,3%) refere que foram realizados trabalhos de pesquisa no âmbito da Educação Sexual. Uma percentagem menor dos Alunos (40%), mas ainda

significativa, mencionou também o uso de fichas de trabalho e recursos multimédia. Um dos Alunos (A19) acrescentou às metodologias apresentadas no questionário, o uso do manual.

Gráfico 3.4: Metodologias utilizadas no âmbito da Educação Sexual - Docentes



Fonte: Elaboração própria – a partir dos dados recolhidos através dos questionários

Segundo o Gráfico 3.4., a totalidade das Docentes (100%) alinha-se apenas no uso de recursos multimédia e de debates/discussões guiadas em contexto de aula. Além disso, a maioria das Docentes (66,6%) estão também em consonância na aplicação de trabalhos de pesquisa e na criação de materiais educativos para os Alunos.

Quadro 3.3: Metodologias utilizadas no âmbito da Educação Sexual – Profissionais do GIA

Participante	Metodologias utilizadas no âmbito da Educação Sexual
AS	<ul style="list-style-type: none"> - Atendimento social com os Alunos ou Famílias; - Informação sobre legislação em vigor no âmbito de crimes sexuais; - Mediação entre Alunos e Família; - Encaminhamento e articulação com entidades exteriores (ex: centro de saúde); - Debates/discussões guiadas em contexto de aula; - Dramatização (ex: teatro realizado pela Associação Corações com Coroa); - Palestras (ex: realizada pela Associação Paula Varandas).
E	<ul style="list-style-type: none"> - Encaminhamento e articulação com entidades exteriores (ex: centro de saúde); - Debates/discussões guiadas em contexto de aula; - Caixa de perguntas anónimas; - Análise e estudo de situações reais (ex: apresentação de estudos no âmbito da sexualidade; experiências em contexto de centro de saúde); - Colaboração com entidades externas.
C	<ul style="list-style-type: none"> - Trabalho ao nível das famílias (ex: Escola para Pais); - Articulação entre Docentes e Profissionais do GIA; - Diagnóstico das necessidades e interesses do público-alvo.

Fonte: Elaboração própria – a partir dos dados recolhidos através das entrevistas

A caixa de perguntas anónimas, referida pela E, conforme o Quadro 3.3., é colocada num sítio estratégico, uma semana antes das sessões de esclarecimento, e os Alunos inserem as perguntas que têm, de forma anónima. Posteriormente, durante a sessão, a E realiza o esclarecimento das perguntas que

estão na caixa. A E deu exemplos de perguntas: “Engravidamos na primeira vez?”; “Como é que se apanha a sida?”; “Se estiver menstruada, posso engravidar?”; “Onde posso adquirir preservativos de forma gratuita?”; “Se puser dois preservativos é mais eficaz do que se puser apenas um?”; “O que devo fazer se o preservativo romper?”. A E menciona também a análise e estudo de situações reais, em consonância com uma pequena parte dos Alunos (16,6%).

Em relação ao encaminhamento e articulação com entidades exteriores, a AS e a E referem, por exemplo, a consultas de planeamento familiar e no âmbito de questões LGBTQIA+ no Centro de Saúde. A AS menciona que existe uma Enfermeira no centro de saúde especializada nesta vertente, com a qual existe uma boa articulação, que se disponibiliza para apoiar na mediação entre os Alunos LGBTQIA+ e as suas famílias, seja em contexto de escola ou de Centro de Saúde. Além disso, nestes casos, a equipa do GIA, recomenda o contacto com a Associação ILGA Portugal – Intervenção Lésbica, Gay, Bissexual, Trans e Intersexo, que oferece apoio às famílias na desconstrução de conceitos e preconceitos relacionados com a diversidade sexual e de género.

Relativamente à informação sobre legislação em vigor, a AS refere que utiliza o seu conhecimento legal para orientar e capacitar os Alunos, nomeadamente em situações como a divulgação não consentida de imagens íntimas. É uma questão frequentemente colocada por Alunas: “Se partilhar uma fotografia do meu corpo com o meu namorado e ele a divulgar, o que lhe pode acontecer? E o que posso fazer enquanto vítima?”.

A C acredita ser fundamental “Conhecer o público-alvo, conhecer as suas necessidades, conhecer os seus interesses.”, antes de aplicar qualquer método de aprendizagem no âmbito da Educação Sexual.

Uma percentagem significativa dos Alunos alinha-se com a maioria das Docentes, essencialmente, na utilização de trabalhos de pesquisa e de recursos multimédia no âmbito da Educação Sexual. Tal prática corrobora o defendido por Frade *et al.* (2009), que valoriza a aprendizagem ativa e centrada nos interesses dos Alunos, reconhecendo-os como principais agentes do seu próprio processo de aprendizagem, enquanto o profissional assume um papel de orientação e suporte.

Verifica-se que uma percentagem reduzida dos Alunos percepciona a utilização da dramatização e de palestras no âmbito da Educação Sexual, mencionadas principalmente pela AS. Infere-se que os Alunos, na resposta ao questionário, consideraram principalmente as metodologias utilizadas em contexto de aula.

No geral, estas práticas refletem uma tentativa de promover abordagens mais participativas e colaborativas, em conformidade com o que é defendido pela DGE *et al.* (2017), relativamente à importância de uma Educação Sexual transversal, interdisciplinar e que envolva toda a comunidade educativa.

Ao serem aplicadas os vários métodos de abordagem de Educação Sexual, considerou-se essencial caracterizar a participação dos Alunos na abordagem da Educação Sexual, assim como apresentado no Quadro 3.4.

Quadro 3.4: Participação dos Alunos na abordagem da Educação Sexual – Profissionais do GIA

Participante	Participação dos Alunos na abordagem da Educação Sexual
AS	- A participação é, no geral, positiva e proativa;
E	- São bastante recetivos e curiosos em relação aos tópicos de Educação Sexual;
C	- Colocam várias questões; - As raparigas procuram mais os Profissionais do GIA que os rapazes;

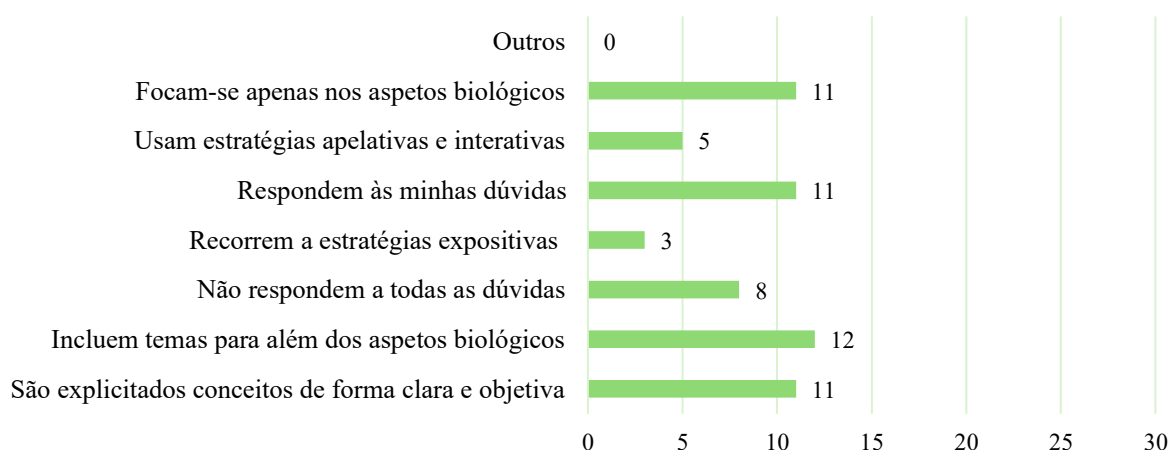
Fonte: Elaboração própria – a partir dos dados recolhidos através das entrevistas

De acordo com o Quadro 3.4., a Profissionais do GIA estão em consonância em relação à participação positiva dos Alunos. A AS acrescenta que “ao início podem rir um bocadinho, mas depois percebem que também lhes interessa e até fazem perguntas bastante pertinentes.”. Este pensamento alinha-se com o total das Docentes, que referem que, no geral, os Alunos são participativos de forma adequada.

3.2.3. Perceção dos Alunos em relação à Educação Sexual

Além da temas abordados e metodologias utilizadas, considerou-se também essencial averiguar a perceção dos Alunos em relação à Educação Sexual. A maior parte (70%) dos Alunos acredita que o seu nível de conhecimento ao nível desta temática é suficiente. Além disso, ao nível do nível de conforto dos Alunos ao abordar Educação sexual, a maioria (50%) não se sente nem confortável, nem desconfortável, ao debater temas no âmbito da Educação Sexual na escola, apresentando uma postura de neutralidade face à temática.

Gráfico 3.5: Perceção dos Alunos sobre a abordagem dos Profissionais no âmbito da Educação Sexual

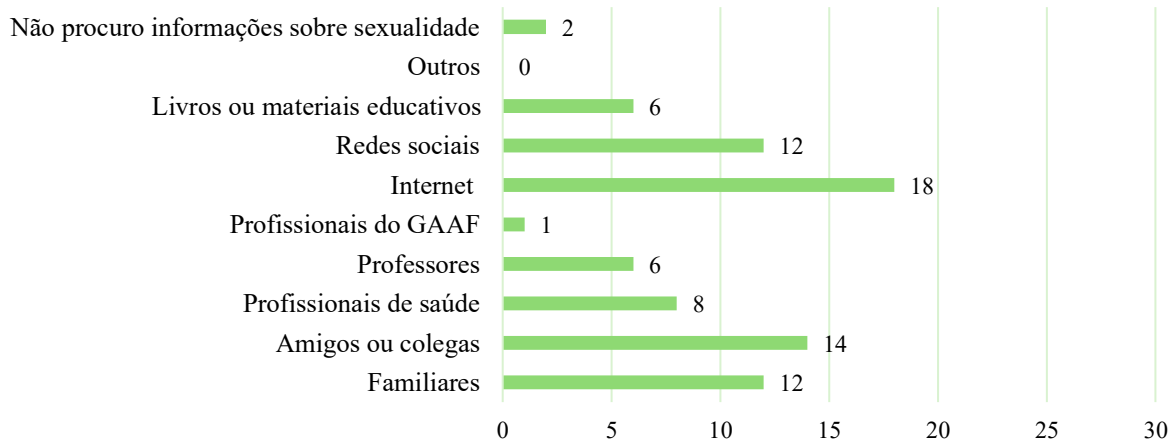


Fonte: Elaboração própria – a partir dos dados recolhidos através dos questionários

Como evidenciado no Gráfico 3.5., em relação à abordagem dos Profissionais no âmbito da Educação Sexual, uma parte significativa (40%) dos Alunos refere que estes incluem temas para além dos aspetos biológicos na sua abordagem, enquanto 36,6% acreditam que os Profissionais se focam apenas nos aspetos biológicos da Educação Sexual. Estes dados evidenciam uma perceção relativamente dividida

entre os Alunos, sugerindo a coexistência de práticas distintas, algumas orientadas por uma visão mais abrangente da Educação Sexual e outras ainda centradas numa perspectiva predominantemente biológica. Adicionalmente, uma grande parte dos Alunos (36,6%) declara que os Profissionais, no âmbito da abordagem à Educação Sexual explicitam os conceitos de forma clara e objetiva e respondem às dúvidas colocadas.

Gráfico 3.6: Fontes de Informação a que recorrem os Alunos sobre Sexualidade

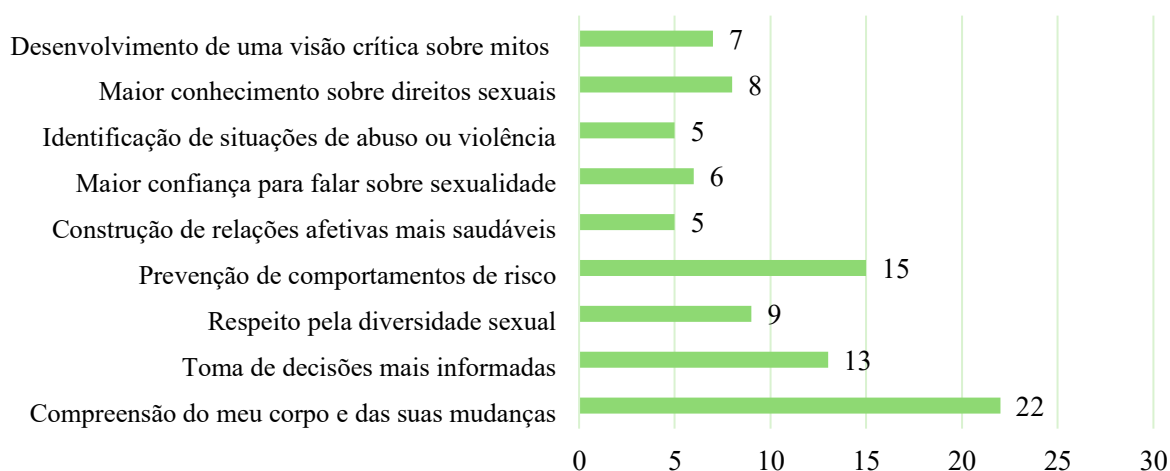


Fonte: Elaboração própria – a partir dos dados recolhidos através dos questionários

Assim como observado no Gráfico 3.6., a maioria dos Alunos (60%) recorrem à internet para procurar a informações ao nível da sexualidade quando têm dúvidas. Segundo Silva *et al.* (2024), esta tendência reflete a crescente influência das plataformas digitais, que, embora acessíveis, podem veicular conteúdos pouco fiáveis, destacando a necessidade de orientar os jovens para uma utilização crítica da informação online. Uma percentagem menor dos Alunos (46,6%), mas ainda significativa menciona recorrer a amigos ou colegas quando têm dúvidas sobre sexualidade, o que demonstra a influência significativa dos colegas na construção do conhecimento em relação à sexualidade (Peçi, 2017). Menos de metade dos Alunos (40%) referem recorrer às redes sociais e a familiares na procura de informação neste âmbito. Importa apontar que apenas 20% dos Alunos recorrem a Professores e 3,3% a Profissionais do GIA, recorrendo uma percentagem de Alunos maior (26,6%), no contexto institucional, a Profissionais de saúde. Neste âmbito, confirma-se a visão de Silva *et al.* (2024), que identifica uma perceção de falta de preparação e desconforto por parte dos Docentes em abordar temas de sexualidade, bem como uma ausência de confiança dos adolescentes nos Profissionais de Saúde, aos quais tendem a recorrer apenas em fases mais tardias da adolescência.

No que diz respeito ao contributo da Educação Sexual, a parte mais significativa dos Alunos refere que a Educação Sexual tem um papel importante tanto no âmbito do currículo escolar como no que se refere ao nível de importância para a formação integral.

Gráfico 3.7: Contributo da Educação Sexual para a formação integral - Alunos



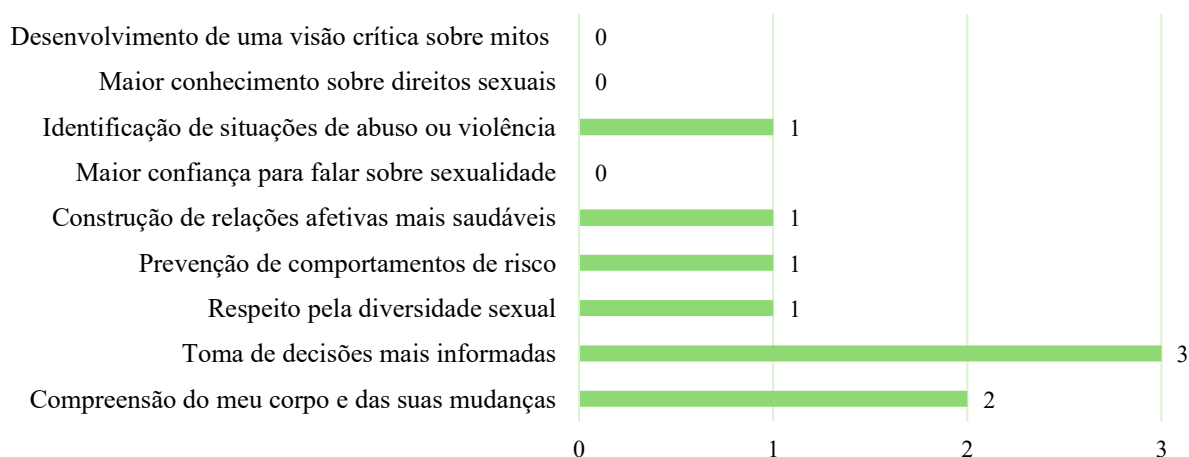
Fonte: Elaboração própria – a partir dos dados recolhidos através dos questionários

O Gráfico 3.7. evidencia que a maioria dos Alunos (73,3%) acredita que a Educação Sexual contribui para a melhor compreensão do seu corpo e das mudanças que ocorrem nele. Metade dos Alunos (50%) menciona também a prevenção de comportamentos de risco como um contributo para a sua formação integral. Por sua vez, uma parte significativa dos Alunos (43,3%) acredita também que que a Educação Sexual permite a toma de decisões mais informadas pelos Alunos sobre a sua saúde e bem-estar sexual. Esta perceção alinha-se com os objetivos apresentados por Alves (2009) e DGE (s.d.), que destacam a importância da Educação Sexual na promoção da autonomia, da responsabilidade e da capacidade crítica dos jovens para compreender e lidar com a sua sexualidade de forma consciente e equilibrada.

3.2.4. Perceção dos Profissionais Escolares na implementação da Educação Sexual

Através deste estudo, foi igualmente possível refletir-se sobre o contributo da Educação Sexual na formação integral dos Alunos e para o currículo escolar, de acordo com os Profissionais Escolares. A totalidade das Docentes refere que a Educação Sexual tem um papel importante no contexto do currículo escolar. Contudo, segundo as Docentes, o nível de importância intensifica-se no âmbito da formação integral, considerando que o seu papel é muito importante.

Gráfico 3.8: Contributo da Educação Sexual para a formação integral - Docentes



Fonte: Elaboração própria – a partir dos dados recolhidos através dos questionários

De acordo com o Gráfico 3.8., a totalidade das Docentes refere que a Educação Sexual permite a toma de decisões mais informadas pelos Alunos sobre a sua saúde e bem-estar sexual. Uma percentagem menor, mas considerável das Docentes (66,6%) acredita que contribui para a melhor compreensão do seu corpo e das mudanças que ocorrem nele. As Docentes encontram-se em consonância com uma percentagem relevante dos Alunos nestes dois aspetos, assim como apresentado no ponto 3.2.3.

Quadro 3.5: Contributo da Educação Sexual para a formação integral – Profissionais do GIA

Participante	Contributo da Educação Sexual para a formação integral
AS	- Promoção do início da vida sexual mais informado; - Prevenção de comportamentos de risco; - Promoção de relações afetivas saudáveis a longo prazo; - Promoção de respeito pela diversidade sexual.
E	- Prevenção de comportamentos de risco; - Promoção de relações afetivas saudáveis (em pequena escala); - Promoção de respeito pela diversidade sexual;
C	- Prevenção de comportamentos de risco.

Fonte: Elaboração própria – a partir dos dados recolhidos através das entrevistas

De acordo com o Quadro 3.5., as Profissionais do GIA estão de acordo no contributo da Educação Sexual para a prevenção de comportamentos de risco, como a gravidez indesejada na adolescência e doenças sexualmente transmissíveis. Esta opinião é também partilhada por 50% dos Alunos, assim como delineado no ponto anterior. A AS e a E referem também, como contributo, a promoção de relações afetivas saudáveis e a promoção de respeito pela diversidade sexual, nomeadamente, no âmbito do género e da orientação sexual. De acordo com a AS “na vertente da identidade de género ainda sinto a maioria dos jovens recetivos à diferença e a perceberem que todos somos livres de viver”.

No âmbito do início da vida sexual, a E refere que, para que a Educação Sexual contribuísse para o seu atraso, era necessária “(...) uma intervenção mais regular e mais continuada (...)”. Esta ideia vai de encontro da perspetiva defendida por BzgA, UNFPA & WHO (2020), que consiste na conceção de que a Educação Sexual deve ser contínua e adequada à idade, possibilitando a aquisição gradual de competências que sustentem escolhas conscientes e relações saudáveis. A E adiciona também que “Muitos deles iniciam a vida sexual porque acham que não vão arranjar mais nenhum namorado, ou porque não confiam neles próprios”, expressando que os Alunos têm alguma dificuldade em estabelecer limites pessoais e em dar o seu consentimento de forma livre e informada, como referido por IPDJ (2024).

No âmbito da abordagem da Educação Sexual, sendo uma temática que deve ser abordada transversalmente no ambiente escolar, conforme sugerido por DGE *et al.* (2017), deve funcionar através da colaboração entre Profissionais Escolares. Assim sendo, averiguou-se se esta colaboração existe nesta escola, assim como apresentado no Quadro 3.6.

Quadro 3.6: Colaboração entre Profissionais na abordagem da Educação Sexual – Profissionais do GIA

Participante	Colaboração entre Profissionais na abordagem da Educação Sexual
AS	<ul style="list-style-type: none"> - Existe colaboração entre os Profissionais na abordagem da Educação Sexual; - A colaboração ocorre com os Professores e Diretores de Turma, com a Psicóloga e com a Enfermeira; - A colaboração é geralmente positiva.
E	<ul style="list-style-type: none"> - Existe colaboração entre os Profissionais na abordagem da Educação Sexual; - A abordagem mais científica da Educação Sexual é articulada com coordenação da disciplina de ciências naturais. - A parte da capacitação é articulada com a coordenação da disciplina de cidadania e desenvolvimento; - A colaboração é geralmente positiva, mas procurada principalmente pela E.
C	<ul style="list-style-type: none"> - Existe colaboração entre os Profissionais na abordagem da Educação Sexual; - A colaboração é geralmente positiva.

Fonte: Elaboração própria – a partir dos dados recolhidos através das entrevistas

De acordo com Quadro 3.6., as Profissionais do GIA referem que existe colaboração entre os diferentes Profissionais na abordagem da Educação Sexual. A maioria das Docentes (66,6%) corroboram esta perspetiva. A AS acrescenta que “Nós não fazemos nada sozinhos. (...) Precisamos sempre de todas as pessoas da comunidade educativa quando trabalhamos em contexto escolar.”. Em relação à colaboração com os Professores, a AS menciona que “(...) há Docentes que são um bocadinho dentro da caixa e que não levam tão bem certos assuntos abordados. Mas, na maioria, corre bem e acho que é benéfico.”. Nesse sentido, verifica-se que existe colaboração e que esta é geralmente positiva. Esta realidade aproxima-se do que é proposto pela DGE *et al.* (2017), que defendem que a Educação Sexual deve envolver toda a comunidade educativa e ser desenvolvida de forma integrada em todos os contextos escolares.

3.2.5. Constrangimentos e limitações na abordagem da Educação Sexual

Tendo-se explanado como é abordada a Educação Sexual nesta escola, considerou-se substancial averiguar que constrangimentos e limitações surgem na sua abordagem pelos Profissionais Escolares, assim como apresentado no Quadro 3.7.

Quadro 3.7: Constrangimentos e limitações na abordagem da Educação Sexual – Docentes e Profissionais do GIA

Participante	Constrangimentos e limitações na abordagem da Educação Sexual
AS	<ul style="list-style-type: none">- Construções sociais preexistentes;- Limitação de práticas educativas mais concretas;- Resistência parental à Educação Sexual.
E	<ul style="list-style-type: none">- Sobrecarga horária curricular;- Escassez de recursos (ex.: humanos, materiais, ...);- Refere que fazem o que podem com os recursos que têm.- Imaturidade dos Alunos;- Redes sociais (ex.: tiktok, ...).
C	<ul style="list-style-type: none">- Intervenções pontuais;- Insuficiência de formação profissional dos Docentes;- Dificuldade colaborativa com os pais;- Crescimento do movimento conservador;- Insuficiência da abordagem da questão dos afetos na Educação Sexual.
D1	“Não encontra constrangimentos dignos de ser referidos.”
D2	“As questões da identidade de género ainda são um pouco polémicas ou pouco aceites por alguns Alunos.”
D3	“Em alguns casos os Alunos têm algumas reservas em falar sobre as suas dúvidas ao nível da Educação Sexual, mas gostam de partilhar quando o tema não se centra sobre a sua realidade.”

Fonte: Elaboração própria – a partir dos dados recolhidos através dos questionários e entrevistas

Em conformidade com Quadro 3.7., a AS refere como um constrangimento as construções sociais preexistentes dos Alunos e acrescenta “(...) as construções sociais que existem e a ideia que nós ao falarmos de Educação Sexual vamos falar de sexo com os meninos e que eles, como nós falamos de sexo, vão praticar porque vão ter curiosidade [quando] não é de todo essa vertente.”. Segundo a AS “Na altura que eu andei na escola, até as Enfermeiras iam lá mostrar como é que se punha o preservativo e distribuir preservativos. Hoje em dia já não se pode fazer nada disso porque é muito concreto.”. Atualmente, devido a esta limitação, os Alunos são encaminhados para o Centro de Saúde quando existem estas questões mais práticas. Esta perceção reflete a influência de normas e valores culturais que condicionam a abordagem da sexualidade, conforme aponta Brandon-Friedman (2019).

A E destaca que a sobrecarga horária curricular “(...) em que os professores têm de cumprir uma série de coisas, também faz com que nós não tenhamos horas subjacentes para serem atribuídas à capacitação,

à educação da sexualidade, dos consumos, do trauma, da violência no namoro.”. Além disso, acrescenta, no âmbito da insuficiência de recursos que “O problema não é desta escola, ou deste agrupamento, é um problema estrutural. Enquanto outros países do norte da Europa e outros países da Europa já estão muito mais à frente, em que os programas são mais atrativos para os miúdos, levam-nos mais para o dia-a-dia, há espaços e recursos, recursos humanos. (...) Nós fazemos o que podemos com o pouco que temos.”. Estas limitações podem ser compreendidas à luz do quadro legislativo vigente, uma vez que a Lei n.º 60/2009, de 6 de agosto, e a Portaria n.º 196-A/2010, de 9 de abril, embora definam a obrigatoriedade e os objetivos mínimos da Educação Sexual, conferem autonomia às escolas na sua concretização e na gestão da carga horária, o que conduz a práticas diferenciadas e, por vezes, condicionadas pela escassez de tempo e recursos disponíveis.

O constrangimento mais sublinhado ao longo da entrevista com a C foi de facto as intervenções ao nível da Educação Sexual serem pontuais. Isto é “(...) o que me preocupa é que nós não desenvolvemos projetos. Nós fazemos ações. Para mim, um projeto é algo que se perpetua no tempo. E, para ver resultados, é preciso insistir. Não se vê resultados em nada a curto prazo. Principalmente ao nível destas temáticas.”. Esta aplicação da Educação Sexual distancia-se da percepção anteriormente referida sobre a necessidade continuidade de ações neste nível, sustentada por BzgA, UNFPA & WHO (2020). A C acredita que esta é uma das principais razões pelas quais não se alcança mais resultados.

O crescimento do movimento conservador é também destacado pela C, que refere que estes “(...) estão a ganhar força atualmente e convencem as pessoas que a Educação Sexual serve para incentivar os jovens a terem sexo.”. Acrescenta que “Sexualidade não é sinónimo de sexo.”. Este dado não havia sido inicialmente previsto, contudo, revela-se relevante por refletir uma realidade social emergente que condiciona a forma como a Educação Sexual é percecionada.

As respostas das Docentes sobre os constrangimentos e limitações na abordagem da Educação Sexual foram alcançadas através de uma pergunta aberta do questionário. Apesar da D1 não encontrar constrangimentos dignos de ser referidos, a D2 refere a polémica em torno da diversidade sexual, refletindo a persistência de resistências sociais à inclusão desta temática e contrastando com o que é defendido pela DGE *et al.* (2017), que enfatizam a importância de “Respeitar e aceitar a diversidade na sexualidade e na orientação sexual” (p. 74). Por sua vez, a D3 menciona alguma vergonha por parte dos Alunos na abordagem da Educação Sexual. Esta última limitação alinha-se com a posição da E, sobre a imaturidade dos Alunos na abordagem deste tema. Tal reação poderá relacionar-se com a fase de desenvolvimento em que se encontram, marcada por maior sensibilidade e desconforto face a temas íntimos.

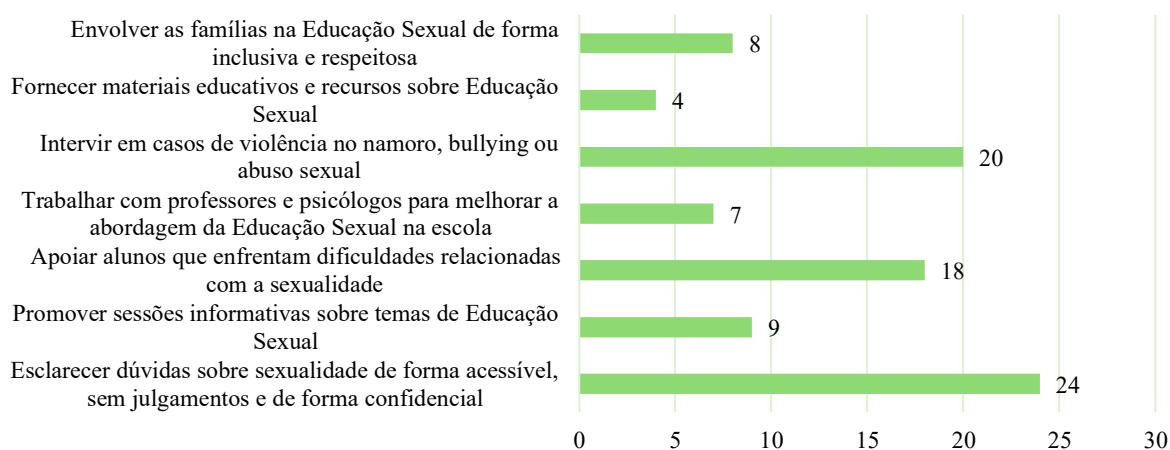
3.3. Papel do Assistente social na Educação Sexual

No âmbito da abordagem da Educação Sexual nesta escola, procurou-se perceber se a AS pode ser considerada um recurso e qual o seu papel na abordagem.

A maior parte das Docentes (66,6%) acredita que a Assistente social é muito importante na abordagem da Educação Sexual. Contudo, a maioria das Docentes (66,6%) mencionou não existir articulação com a Assistente social neste âmbito. A D2 referiu não ter sido possível realizar esta articulação uma vez que “(...) também não foi abordado o tema nas minhas turmas. Contudo, futuramente, planeio trabalhar com a Assistente social para lecionar esta temática.”. A D3 mencionou igualmente que “Muitas vezes a nossa Assistente social tem outros problemas graves para resolver que pouco tempo lhe é reservado para abordar esta temática em contexto de sala de aula.”. Estes dados evidenciam que, embora as Docentes reconheçam a relevância da Assistente social, a ausência de articulação com esta profissional restringe o seu contributo efetivo, sobretudo nas ações desenvolvidas pelas Docentes. Por sua vez, a D1 confirma ter articulado com a Assistente social neste âmbito e refere que, no domínio da sexualidade, esta prestou principalmente apoio às famílias sinalizadas e acompanhadas. Segundo a perceção desta Docente, a intervenção da Assistente social permanece mais centrada no apoio às famílias sinalizadas, assumindo um carácter reativo. Esta realidade alinha-se com Vihro (2020), que observa que, tradicionalmente, o Serviço Social tende a focar-se nos riscos associados à sexualidade, em detrimento de uma intervenção preventiva e promotora de bem-estar.

No que diz respeito aos Alunos, a maioria (56,6%) refere que a Assistente social pode ser um recurso no âmbito da Educação Sexual. No Gráfico 3.9. é explanado de que forma esta profissional pode contribuir.

Gráfico 3.9: Contributo do Assistente Social para a abordagem da Educação Sexual - Alunos



Fonte: Elaboração própria – a partir dos dados recolhidos através dos questionários

De acordo com o Gráfico 3.9., a maior parte dos Alunos (80%) acredita que contribui no esclarecimento de dúvidas sobre sexualidade de forma acessível, sem julgamentos e de forma confidencial. Além disso, uma percentagem também significativa (66,6%) refere que considera importante a intervenção da AS

em casos de violência no namoro, bullying ou abuso sexual. Outra parte considerável dos Alunos (60%) menciona também o apoio aos Alunos que têm dificuldades ao nível da sexualidade. Os dados evidenciam que os Alunos reconhecem na Assistente social uma figura de confiança, capaz de esclarecer dúvidas num ambiente seguro e sem julgamentos, o que reflete a perspetiva de Brandon-Friedman (2019) sobre a promoção de um ambiente sexualmente positivo. A importância atribuída à sua intervenção em situações de violência ou abuso confirma ainda o papel do Serviço Social na defesa dos direitos humanos e na proteção de grupos vulneráveis (IFSW & IASSW, 2014).

Uma percentagem substancial dos Alunos (40%) acredita que talvez possa ser um recurso neste contexto. Contudo, consideram que a informação facultada pela Assistente social pode ser insuficiente e que a sua abordagem deve ser principalmente ao nível de questões sexuais físicas e não psicológicas, deixando esse trabalho para psicólogos. Além disso, alguns Alunos referem que não tinham conhecimento que a Assistente social tinha conhecimentos no âmbito da Educação Sexual e que podia ser um recurso. Por fim, apenas 3,3% dos Alunos, o equivalente a 1 aluno, refere que o Assistente social não é recurso neste âmbito. Segundo o A6: “Não acho que seja o assistente social que tenha qualquer recurso ou estudo sobre o assunto educação sexual.”.

Embora alguns Alunos associem o papel da Assistente social apenas a questões físicas, Brandon-Friedman (2019) refere que este profissional está preparado para intervir também nas dimensões emocionais e relacionais da sexualidade, apoiando os jovens na compreensão das suas crenças, desejos e ações e no desenvolvimento da sua identidade sexual de forma integrada. Além disso, no âmbito do desconhecimento do papel do Assistente social na abordagem à Educação Sexual, esta perceção limitada está em conformidade com a visão de Fernández (2019), que menciona que os jovens tendem a reconhecer os profissionais do GIA como recursos apenas em contextos problemáticos, desconhecendo, por vezes, o seu papel educativo e preventivo.

Além da perspetiva das Docentes e dos Alunos, considerou-se também essencial averiguar a perceção dos Profissionais do GIA, assim como apresentado no Quadro 3.8.

Quadro 3.8: O papel do Assistente social na Educação Sexual – Profissionais do GIA

Participante	Papel do Assistente social na Educação Sexual
AS	<ul style="list-style-type: none"> - Desconstrução de ideias pré-concebidas; - Prevenção de comportamentos de risco; - Fornecimento de um espaço livre de julgamentos; - Mediação familiar; - Capacitação e <i>empowerment</i> das crianças e dos jovens; - Articulação com outros profissionais e entidades.
E	<ul style="list-style-type: none"> - Articulação com outros profissionais e entidades; - Discussão de casos; - Encaminhamento para os recursos da comunidade; - Mediação familiar; - Apoio legal; - Identificação de situações de risco e perigo.

C	<ul style="list-style-type: none"> - Identificação de situações de risco e perigo; - Mediação familiar; - Articulação com outros profissionais e entidades.
---	--

Fonte: Elaboração própria – a partir dos dados recolhidos através das entrevistas

Assim como apresentado no Quadro 3.8., todas as Profissionais do GIA referem que, na sua abordagem de Educação Sexual, a Assistente social realiza mediação familiar e articula com outros profissionais e entidades. A E e a C alinham-se também no papel da Assistente social na identificação de situações de risco e perigo. A E acrescenta que “(...) no fundo é uma peça fundamental na parte biopsicossocial e na articulação com os recursos da comunidade e com a própria família.”. A C refere ainda que “É fundamental. Eu acho que o Ministério tem mesmo que repensar esta situação. Porque eu trabalhei a maior parte do tempo sem Assistente social e estou a trabalhar com a [Assistente social] há dois anos e meio e realmente é uma diferença imensa.”. A valorização da Assistente social pelas Profissionais do GIA está em consonância com Brandon-Friedman (2019) e Williams *et al.* (2016), que salientam a importância da intervenção social nos diferentes níveis, nomeadamente micro, meso e macro. As profissionais do GIA salientam o contributo da Assistente social para a Educação Sexual sobretudo no nível meso, através da articulação entre escola, família e comunidade.

A AS deu ainda dois exemplos da sua intervenção no âmbito da Educação Sexual nesta escola, nomeadamente o acompanhamento de dois casos de gravidez na adolescência, cada um com características e estratégias de intervenção distintas. No primeiro, a gravidez colmatou em aborto, pelo que a intervenção se centrou principalmente no apoio emocional e acompanhamento do processo. No segundo caso, a jovem, de etnia cigana e quase maior de idade, foi identificada no início do ano letivo devido a absentismo escolar. Após avaliação social, verificou-se que cuidava da criança em casa. A intervenção neste caso focou-se no apoio à família e no empoderamento da jovem, respeitando a sua cultura e oferecendo informações sobre possíveis caminhos para a continuidade dos estudos, tendo sido necessário superar alguma resistência inicial para implementar a intervenção com sucesso.

3.4. Otimização da aprendizagem em Educação Sexual

No sentido de otimizar a Educação Sexual em contexto escolar, a AS refere que “(...) tinha de existir uma reestruturação completa.”. Nesse sentido, sugere o retorno a ações utilizadas antigamente, como uma sessão de esclarecimento sobre o uso correto do preservativo. Acrescenta também o desenvolvimento de mais ações para capacitação dos pais, considerando que os pais ainda têm muitos preconceitos em relação à Educação Sexual. A necessidade de capacitar os pais evidencia a importância de uma abordagem integrada da Educação Sexual, que envolva toda a comunidade educativa. Tal como defendem DGE *et al.* (2017), a cooperação entre escola e família é essencial para ultrapassar preconceitos e promover atitudes de respeito e aceitação da diversidade. Refere que é essencial reforçar que a sexualidade “(...) não é só sexo. A sexualidade é uma parte integrante e fundamental da vida do

ser humano. (...) Portanto, acho que tem de se olhar para isto de uma maneira mais positiva. Natural.”. Esta perspectiva está em consonância com a definição da OMS (2006) sobre sexualidade, que a define como um aspeto central da vida humana, englobando dimensões físicas, emocionais e sociais, devendo ser entendida de forma positiva e natural ao longo de toda a vida. Além disso, menciona que, para ser possível fazer uma intervenção biossocial e não só maioritariamente em crise, são necessários mais recursos humanos, “(...) mais professores, mais psicólogos, mais assistentes sociais, mais enfermeiros. Precisamos de muito mais.”. Esta constatação reflete uma limitação estrutural na implementação de uma intervenção biopsicossocial efetiva, dependente da existência de recursos humanos e materiais adequados. Tal como refere Vihro (2020), a falta de recursos na área da sexualidade dificulta a garantia de um serviço equitativo e contínuo aos utentes.

A E, no âmbito da otimização da Educação Sexual, acrescenta apenas que “Se fôssemos fazer este trabalho desde que eles são pequeninos, quando chegamos à idade dos 13-14 anos, eles já têm uma autoproteção do próprio corpo ou já há uma denúncia de alguma situação que os incomode.”. Isto é, considera fundamental a Educação Sexual ser aplicada desde a infância até à adolescência, adequada à faixa etária. Esta observação reforça a importância de uma abordagem precoce e contínua da Educação Sexual, ajustada ao desenvolvimento e à faixa etária dos alunos, assim como defendido por DGE *et al.* (2017).

Por sua vez, a C alinha-se com a AS na questão da reestruturação da Educação Sexual na escola, acrescentando, em consonância com a E, que “Nós temos que desenvolver projetos continuados no tempo. Pegar nas crianças, evidentemente adaptados às diferentes faixas etárias, e depois ir seguindo sempre esses Alunos até saírem da escolaridade obrigatória.”. Adicionalmente, acredita que seria benéfico implementar aulas abertas aos pais e/ou aos EE dos Alunos. Além da capacitação dos pais, referida pela AS, esta ideia reforça também a importância da aproximação entre a escola e as famílias. Considera igualmente fundamental o investimento ao nível de formação profissional transversal sobre sexualidade na escola, “Por exemplo para os professores de Cidadania e Desenvolvimento, porque é uma temática que faz parte do programa.”. Destaca igualmente a necessidade de tratar esta temática com naturalidade, mostrando confiança e confortabilidade. Esta perspectiva está em conformidade com Matos *et al.* (2014), que referem que a promoção da saúde e da sexualidade positiva nas escolas depende de profissionais escolares, como Docentes, devidamente formados e capacitados para atuar de forma preventiva e educativa.

Conclusões

O presente estudo teve como objetivo compreender de que forma é desenvolvida a Educação Sexual no 3.º ciclo do ensino básico e identificar o contributo do Serviço Social na sua promoção em contexto escolar. Através de uma metodologia descritiva, que combinou métodos qualitativos e quantitativos, foi possível recolher perceções de Alunos e profissionais escolares, caracterizando os temas, as práticas e os desafios associados à implementação da Educação Sexual no contexto escolar.

De forma geral, os objetivos delineados foram atingidos, uma vez que foi possível identificar os temas abordados, as metodologias aplicadas e as perceções de Alunos e profissionais. Os dados recolhidos permitiram averiguar que a Educação Sexual é efetivamente trabalhada no contexto escolar, embora de forma desigual entre turmas. Verificou-se uma predominância de conteúdos biológicos e preventivos, em detrimento das dimensões relacionais e afetivas, o que se distancia da perspetiva de uma Educação Sexual abrangente defendida por autores como Bzga, UNFPA & WHO (2020). No que concerne às metodologias, observou-se o recurso a estratégias ativas de aprendizagem, nomeadamente, a utilização de trabalhos de pesquisa, de recursos multimédia e de debates guiados, valorizadas por Frade *et al.* (2009), como meios eficazes de promover a autonomia e a reflexão crítica dos Alunos.

As perceções dos Alunos revelaram estes reconhecem a importância da Educação Sexual, valorizando o seu contributo para uma melhor compreensão do corpo, para a tomada de decisões mais informadas e para a prevenção de comportamentos sexuais de risco. Ainda assim, identificaram temas pouco explorados, como o consentimento, apontando para a necessidade de uma abordagem mais equilibrada entre dimensões biológicas e afetivas e relacionais. Verificou-se também que recorrem frequentemente à internet e aos pares como fontes de informação no âmbito da sexualidade, o que confirma o observado por Silva *et al.* (2024), ao referir que os adolescentes tendem a procurar respostas fora do contexto escolar.

Por sua vez, as perceções dos profissionais evidenciaram uma colaboração entre docentes e não docentes, revelando disponibilidade para o trabalho conjunto e para a articulação interdisciplinar no desenvolvimento da Educação Sexual. Contudo, foram identificados constrangimentos estruturais, nomeadamente a ausência de formação específica por alguns profissionais. Esta realidade revela uma discrepância face ao que Matos (2005) defende, ao salientar que a capacitação e o envolvimento dos profissionais são fatores determinantes para o sucesso das práticas de Educação Sexual. A par desta limitação, foi também mencionada a escassez de tempo letivo dedicado ao tema, o que condiciona a continuidade e a consolidação das intervenções nas escolas.

No que diz respeito ao papel do Serviço Social, verificou-se que o assistente social é percecionado como um mediador essencial entre escola, família e comunidade, sobretudo no âmbito de situações de vulnerabilidade. Esta perceção está em consonância com Brandon-Friedman (2019) e Williams *et al.* (2016), que defendem que o Serviço Social contribui para a promoção do bem-estar e para o exercício pleno dos direitos sexuais pelos jovens, através de uma abordagem positiva, ética e humanizada, sendo

reconhecido neste estudo como um elemento facilitador da cooperação e promotor de ambientes educativos mais integradores.

A pergunta de partida, “De que modo as práticas de Educação Sexual no 3.º ciclo do ensino básico incorporam princípios de inclusão e abrangência, e qual o papel do Assistente Social nesse processo?”, foi respondida. Os resultados demonstram que as práticas de Educação Sexual integram princípios de inclusão e abrangência, evidenciando a preocupação dos profissionais em promover o respeito, a igualdade e a valorização das diferenças através de metodologias participativas e de espaços de diálogo abertos. Contudo, verificou-se que a abordagem das dimensões emocionais e relacionais ainda é menos frequente, revelando margem para o aprofundamento destas dimensões nas práticas escolares. No que concerne ao Serviço Social, constatou-se que o Assistente Social atua de forma colaborativa com docentes e outros profissionais do GIA, participando em ações de sensibilização, em sessões conjuntas e na planificação de atividades. Para além disso, contribui para a prevenção de comportamentos de risco e para a mediação entre a escola, a família e a comunidade, promovendo um contexto educativo mais atento às necessidades e ao bem-estar dos jovens.

Este estudo apresenta algumas limitações, nomeadamente o facto de ter sido realizado num único agrupamento e com uma amostra reduzida, o que não permite generalizar os resultados. Constatou-se igualmente que a literatura nacional que explore a articulação entre o Serviço Social e a Educação Sexual é escassa, o que limitou a comparação e o aprofundamento teórico. Sugere-se que futuros estudos aumentem o número de participantes e de contextos escolares, de forma a compreender melhor a diversidade de práticas existentes.

Em síntese, o estudo evidenciou o compromisso crescente da escola com a Educação Sexual, reconhecendo os progressos alcançados e os desafios que ainda se colocam à sua consolidação. O Serviço Social, pela sua natureza promotora de direitos, é reconhecido como um recurso capaz de reforçar a integração e a continuidade desta área, contribuindo para o desenvolvimento de uma Educação Sexual abrangente, participativa e promotora do bem-estar dos jovens.

Referências Bibliográficas

- Alves, C. (2009). *O impacto de um programa de educação sexual nos comportamentos protectores dos adolescentes* [Dissertação de Mestrado, Universidade do Porto]. Repositório da Universidade do Porto. <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/55445/2/TeseCristianaAlves.pdf>
- Anastácio, Z. (2013). Saúde e desenvolvimento adolescente: Relação entre tomada de decisão, comportamento sexual, autoestima e imagem corporal. Em P. Silva, S. Souza, & I. Neto (Eds.), *O desenvolvimento humano: Perspetivas para o século XXI. Atividade física e saúde, inclusão social e formação profissional* (Vol. 2, pp. 149–159). EDUFMA. <https://repositorium.uminho.pt/server/api/core/bitstreams/6e428b3a-09b5-4780-a715-170dbedf03da/content>
- Batista, B. F., Rodrigues, D., Moreira, E., & Silva, F. (2021). Técnicas de recolha de dados em investigação: Inquirir por questionário e/ou inquirir por entrevista. Em P. Sá, A. P. Costa, & A. Moreira (Eds.), *Reflexões em torno da metodologia de investigação: Recolha de dados* (Vol. 2, pp. 13–36). Universidade de Aveiro. <https://ria.ua.pt/handle/10773/30772>
- Bogdan, R., & Biklen, S. (1994). *Investigação qualitativa em educação: Uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto Editora.
- Brandon-Friedman, R. A. (2019). Youth sexual development: A primer for social workers. *Social Work*, 64(4), 356–364. https://www.researchgate.net/publication/336125116_Youth_Sexual_Development_A_Primer_for_Social_Workers
- Bundeszentrale für gesundheitliche Aufklärung [BzgA], UNFPA, & World Health Organization [WHO]. (2020). *Comprehensive sexuality education – Factsheet series*. https://eeca.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/unfpa_turkey_factsheet_all_-_who_web_r4.pdf
- Caetano, M. (2013). Movimentos curriculares e a construção da heteronormatividade. Em A. Rodrigues & M. A. S. C. Barreto (Eds.), *Currículos, gêneros e sexualidades: experiências misturadas e compartilhadas* (pp. 63–82). Edufes. <https://repositorio.ufes.br/server/api/core/bitstreams/46e6c36b-81c9-47eb-ba80-bc592c0c3755/content>
- Direção-Geral da Educação [DGE]. (s.d.). *Afetos e educação para a sexualidade*. <https://www.dge.mec.pt/afetos-e-educacao-para-sexualidade>
- Direção-Geral da Educação [DGE]. (s.d.). *Aprendizagens essenciais – Antropologia (12.º ano)*. https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Curriculo/Aprendizagens_Essenciais/12_antropologia.pdf

Direção-Geral da Educação [DGE]. (s.d.). *Aprendizagens essenciais – Ciências Naturais (9.º ano)*. https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Projetos_Curriculares/Aprendizagens_Essenciais/Consulta_Publica/3_ciclo/9_cn_cp.pdf

Direção-Geral da Educação [DGE]. (s.d.). *Cidadania e desenvolvimento – aprendizagens essenciais (consulta pública)*. https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/cidadania_desenvolvimento_-_aprendizagens_essenciais-consulta_publica.pdf

Direção-Geral da Saúde [DGS], Direção-Geral da Educação [DGE], & Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências [SICAD]. (2017). *Referencial de Educação para a Saúde*. https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Esaude/referencial_educacao_saude_vf_junho2017.pdf

European Institute for Gender Equality [EIGE]. (s.d.). *Gender equality glossary & thesaurus*. <https://eige.europa.eu/publications-resources/thesaurus>

European Institute for Gender Equality [EIGE]. (s.d.). *Words matter – Glossary*. <https://eige.europa.eu/publications-resources/toolkits-guides/words-matter/glossary>

Farley, J. P., & Kim-Spoon, J. (2014). The Development of Adolescent Self-regulation: Reviewing the Role of Parent, Peer, Friend, and Romantic Relationships. *Journal of Adolescence*, 37(4), 433–440. <https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC4021015/pdf/nihms577338.pdf>

Fernandes, A. J. (1995). *Métodos e regras para elaboração de trabalhos académicos e científicos*. Porto Editora.

Fernández, E. J. (2019). Trabajo social y educación sexual integral. Entre rutinas y prácticas innovadoras. *Intervención*, 9(1), 98–114. <https://salutsexual.sidastudi.org/resources/inmagic-img/DD60375.pdf>

Frade, A., Marques, A. M., Alverca, C., & Vilar, D. (1996). *Educação sexual na escola: Guia para professores, formadores e educadores* (2.ª ed.). Associação para o Planeamento da Família. <https://apf.pt/wp-content/uploads/2023/09/educac3a7c3a3o-sexual-na-escola-guia-para-professores-formadores-e-educadores.pdf>

Gomes, M. R. (2011). *A intervenção social junto de alunos em risco de abandono escolar: O caso dos GAAF* [Dissertação de Mestrado, Iscte – Instituto Universitário de Lisboa]. Repositório Iscte. https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/7154/1/master_mafalda_rodrigues_gomes.pdf

Instituto Português do Desporto e Juventude [IPDJ]. (2024). *A sexualidade na adolescência*. <https://ipdj.gov.pt/a-sexualidade-na-adolesc%C3%Aancia>

Instituto Português do Desporto e Juventude [IPDJ]. (2025). *Relacionamentos*. <https://ipdj.gov.pt/relacionamentos>

International Federation of Social Workers [IFSW], & International Association of Schools of Social Work [IASSW]. (2014). *Global definition of social work*. International Federation of Social Workers. <https://www.ifsw.org/what-is-social-work/global-definition-of-social-work/>

Kohler, P. K., Manhart, L. E., & Lafferty, W. E. (2008). Abstinence-only and comprehensive sex education and the initiation of sexual activity and teen pregnancy. *Journal of Adolescent Health, 42*(4), 344–351. [https://www.jahonline.org/article/S1054-139X\(07\)00426-0/fulltext](https://www.jahonline.org/article/S1054-139X(07)00426-0/fulltext)

Lapa, A. (2021). *Testes estatísticos: Breves reflexões*. https://www.researchgate.net/publication/350949222_TESTES_ESTADISTICOS_BREVES_REFLEXOES

Manjunatha, N. (2019). Descriptive research. *Journal of Emerging Technologies and Innovative Research, 6*(6), 863–867. <https://www.jetir.org/papers/JETIR1908597.pdf>

Marreiros, M. C. M. S. (2002). *Relações sexuais precoces e comportamentos de risco nos adolescentes* [Dissertação de Mestrado, Universidade do Porto]. Repositório Aberto da Universidade do Porto. <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/10390>

Matos, M. G., Reis, M., Ramiro, L., Ribeiro, J. L. P., & Leal, I. (2014). Sexual education in schools in Portugal: Evaluation of a 3 years period. *Creative Education, 5*, 1353-1362. https://www.researchgate.net/publication/261174008_Sexual_Education_in_Schools_in_Portugal_Evaluation_of_a_3_Years_Period

Mindpoint. (s.d.). *10 princípios para o seu relacionamento funcionar*. <https://mindpoint.pt/10-principios-para-o-seu-relacionamento-funcionar/>

Mueller, T. E., Gavin, L. E., & Kulkarni, A. (2008). The association between sex education and youth engagement in sexual intercourse, age at first intercourse, and birth control use at first sex. *Journal of Adolescent Health, 42*(1), 89–96. [https://www.jahonline.org/article/S1054-139X\(07\)00325-4/fulltext](https://www.jahonline.org/article/S1054-139X(07)00325-4/fulltext)

Organização Mundial da Saúde [OMS]. (2006). *Defining sexual health: Report of a technical consultation on sexual health, 28–31 January 2002, Geneva*. https://www3.paho.org/hq/dmdocuments/2009/defining_sexual_health.pdf

Pacheco, J. A. (2006). Um olhar global sobre o processo de investigação. Em J. A. Pacheco & J. Ávila de Lima (Eds.), *Fazer investigação: Contributos para a elaboração de dissertações e teses* (pp. 13–28). Porto Editora.

- Peçi, B. (2017). Peer influence and adolescent sexual behavior trajectories: Links to sexual initiation. *European Journal of Multidisciplinary Studies*, 4(3), 96–105. https://www.researchgate.net/publication/318538114_Peer_Influence_and_Adolescent_Sexual_Behavior_Trajectories_Links_to_Sexual_Initiation
- Pinto, L., & Reis, M. (2017). Atitudes e comportamentos sexuais na adolescência: Um estudo pioneiro em Portugal no âmbito do ensino privado. *Acta Pediátrica Portuguesa*, 48(4), 295–303. <https://ojs.pjp.spp.pt/article/view/9474/10109>
- Silva, S., Romão, J., Ferreira, C. B., Figueiredo, P., Ramião, E., & Barroso, R. (2024). Sources and Types of Sexual Information Used by Adolescents: A Systematic Literature Review. *Healthcare*, 12(22), 2291. <https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC11593387/pdf/healthcare-12-02291.pdf>
- Vihro, H. (2020). *Social work with sexuality: Social workers' perceptions about working with sexuality-related topics* [Dissertação de Mestrado, University of Turku]. UTUPub. https://www.utupub.fi/bitstream/handle/10024/150990/Vihro_Helmi_Opinnayte.pdf
- Vilaça, T. (2013). Perspetiva evolutiva das políticas e práticas de educação sexual na comunidade escolar em Portugal. *Doxa – Revista Brasileira de Psicologia e Educação*, 17(1–2), 245–293. <https://repositorium.uminho.pt/server/api/core/bitstreams/f5831403-e4ce-453b-a6b8-ab0e8a3359bc/content>
- Watson, S. (2025, maio). What does it mean to be pansexual? *Everyday Health*. <https://www.everydayhealth.com/sexual-health/what-does-it-mean-to-be-pansexual/>
- Williams, D. J., Christensen, M. C., & Capous-Desyllas, M. (2016). Social Work Practice and Sexuality: Applying a Positive Sexuality Model to Enhance Diversity and Resolve Problems. *Families in Society: The Journal of Contemporary Social Services*, 97(4), 287–294. <https://journals.sagepub.com/doi/epdf/10.1606/1044-3894.2016.97.35>

Fontes

Lei n° 3/84, de 24 de março

Lei n.º 46/86, de 14 de outubro

Decreto-Lei n° 286/89, de 29 de agosto

Despacho n.º 172/ME/93, de 13 de agosto

Resolução n° 124/98, de 21 de outubro

Lei n° 120/99, de 11 de agosto

Decreto-Lei n° 259/2000, de 17 de outubro

Despacho n.º 25 995/2005, de 16 de dezembro

Despacho n° 2506/2007, de 20 de fevereiro

Parecer n° 2/2009, de 22 de abril

Lei n° 60/2009, de 6 de agosto

Portaria n° 196-A/2010, de 9 de abril

Resolução da Assembleia da República n° 154/2021

Anexos

Anexo A – Questionário aplicado aos Alunos

Questionário - Alunos

O questionário que se segue faz parte de uma investigação realizada no âmbito da dissertação do Mestrado em Serviço Social, no ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa, sob a orientação da Professora Doutora Carla Carvalho, intitulada «O Papel do Serviço Social na Educação Sexual dos Jovens: Abordagens nas Escolas». Mediante consentimento prévio informado e esclarecido assinado e cedido por si em suporte papel venho convidá-lo a responder a este questionário que tem como objetivos:

- Analisar a implementação da Educação Sexual no 3º ciclo do ensino básico e identificar os temas abordados;
- Conhecer a perceção que os atores envolvidos na escola têm quanto à Educação Sexual prestada aos jovens de Hoje.

Mais informamos que este questionário decorre da validação da Comissão de Ética da Escola de Sociologia e Políticas Públicas.

De ressaltar que este questionário é **anónimo** e toda a informação recolhida é estritamente **confidencial** e será apenas utilizada para fins da investigação. Os dados obtidos vão ser codificados posteriormente, para ser objeto de análise e dar resposta aos objetivos propostos.

Estima-se que a resposta a este questionário organizado em 4 secções demore cerca de 15 minutos.

Recordamos que não existem respostas certas ou erradas pelo que solicitamos que sejas sincero/a na resposta às questões, visando que este estudo venha a obter assim resultados fidedignos.

Secção I – Educação Sexual na Escola

Nesta secção é solicitado aos respondentes que nos digam o conhecimento que detêm acerca da Educação Sexual lecionada na escola, nomeadamente, quanto ao conhecimento do próprio corpo, quanto às relações humanas e aos aspetos emocionais, sociais e biológicos relacionados à sexualidade. Para além disso, tópicos como o respeito, as diferenças, a importância do consentimento, a prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e a gravidez não planeada, podem ser promotoras de uma vida saudável e responsável no que diz respeito à sexualidade.

1. No que diz respeito à Educação Sexual, já abordaste este assunto em aulas ou ações/atividades na escola?

Sim Não

Se respondeste Não, passa à questão 4;

Se respondeste «Sim», indica:

1.1 Em que ciclo (s) de ensino: *(Podes escolher mais do que uma opção)*

1º ciclo 2º ciclo 3º ciclo

1.2 Que temas foram abordados? *(Assinala todas as opções que se aplicam)*

Imagem corporal	<input type="checkbox"/>	Orientação Sexual	<input type="checkbox"/>
Puberdade	<input type="checkbox"/>	Relações afetivas	<input type="checkbox"/>
Reprodução e nascimento	<input type="checkbox"/>	Infeções sexualmente transmissíveis	<input type="checkbox"/>
Contraceção e sexo seguro	<input type="checkbox"/>	Gravidez e parentalidade na adolescência	<input type="checkbox"/>
Ciclo menstrual	<input type="checkbox"/>	Consentimento e limites pessoais	<input type="checkbox"/>
Identidade de género	<input type="checkbox"/>	Outros. Quais? _____	<input type="checkbox"/>
Nenhuma das opções	<input type="checkbox"/>		

1.3 Que ações/atividades foram realizadas no âmbito da Educação Sexual?

(Assinala todas as opções que se aplicam)

Criação de materiais educativos (ex: cartazes, folhetos, ...)	<input type="checkbox"/>	Trabalhos de pesquisa	<input type="checkbox"/>
Debates/discussões guiadas	<input type="checkbox"/>	Fichas de trabalho	<input type="checkbox"/>
Jogos educativos e interativos	<input type="checkbox"/>	Uso de redes sociais e plataformas digitais	<input type="checkbox"/>
Dramatização e <i>role-playing</i>	<input type="checkbox"/>	Palestras	<input type="checkbox"/>
Uso de recursos multimédia (ex: vídeos, filmes, ...)	<input type="checkbox"/>	Análise e estudo de situações reais	<input type="checkbox"/>
Outras Quais? _____	<input type="checkbox"/>	Nenhuma das opções	<input type="checkbox"/>

1.4 Consideras que os temas abordados foram suficientes para esclarecer as tuas dúvidas sobre a sexualidade? *(Assinala apenas uma opção)*

Sim Parcialmente Não

1.4.1 Se respondeste *parcialmente* ou *não*, que temas pensas que seriam importantes ser explorados?

1.5 Assinala os responsáveis por realizar aulas ou ações/atividades acerca da Educação Sexual? (Podes escolher mais do que uma opção)

- Professores de Ciências Naturais
- Professores de Cidadania e Desenvolvimento
- Profissionais do Gabinete de Apoio ao Aluno e à Família (ex: assistentes sociais, psicólogos, etc)
- Outros. Quem? _____

2. De um modo geral, na sequência das atividades/aulas acerca da Educação Sexual, assinala as opções que caracterizam o conhecimento ensinado: (Podes escolher mais do que uma opção)

- | | | | |
|--|--------------------------|---|--------------------------|
| São explicitados conceitos de forma clara e objetiva | <input type="checkbox"/> | Respondem às minhas dúvidas | <input type="checkbox"/> |
| Incluem temas para além dos aspetos biológicos (ex: afetos, relações, ...) | <input type="checkbox"/> | Usam estratégias apelativas e interativas apelando ao interesse | <input type="checkbox"/> |
| Não respondem a todas as dúvidas | <input type="checkbox"/> | Focam-se apenas nos aspetos biológicos | <input type="checkbox"/> |
| Recorrem a estratégias expositivas sem prever a participação dos alunos | <input type="checkbox"/> | Outros. Quais? _____ | <input type="checkbox"/> |

3. Quando tens dúvidas sobre sexualidade, a que recursos recorres ou a quem costumavas solicitar informações? (Podes escolher mais do que uma opção)

- Familiares (ex: pais, irmãos, primos, ...)
- Amigos ou colegas
- Profissionais de saúde (ex: médico, enfermeiro)
- Professores
- Gabinete de Apoio ao Aluno e à Família (ex: psicólogo, assistente social, ...)
- Internet (ex: sites, páginas, ...)
- Redes sociais
- Livros ou materiais educativos
- Outros. Onde ou quem? _____
- Não procuro informações sobre sexualidade

4. No decorrer deste ano letivo, estima, aproximadamente, quantas horas de Educação Sexual tiveste, considerando aulas ou outras ações/atividades? (Assinala apenas uma opção)

- 0 horas
- Menos de 5 horas
- Entre 5 e 8 horas
- Entre 9 e 12 horas
- 12 ou mais horas

5. Como classificas a importância que é dada à Educação Sexual na escola, no âmbito do currículo? *(Assinala apenas uma opção)*

- Nada importante
- Pouco importante
- Indiferente
- Importante
- Muito importante

6. Como classificas a importância da Educação Sexual na tua vida pessoal? *(Assinala apenas uma opção)*

- Nada importante
- Pouco importante
- Indiferente
- Importante
- Muito importante

7. Quanto ao conhecimento que deténs acerca da Educação Sexual, assinala o nível de aprendizagem que fizeste na escola e que te encontras presentemente: *(Assinala apenas uma opção)*

- Sim, o meu conhecimento é suficiente
- Não, o meu conhecimento é insuficiente
- Não sei classificar o meu nível de conhecimento

8. Como te sentes ao debateres temas no âmbito da Educação Sexual na escola? *(Assinala apenas uma opção)*

- Muito desconfortável
- Desconfortável
- Indiferente
- Confortável
- Muito confortável

9. Consideras que a Educação Sexual na escola contribui para a promoção do respeito pelo outro (ex. igualdade de género, orientação sexual,...)? *(Assinala apenas uma opção)*

- Sim, contribui muito
- Sim, contribui
- Sim, contribui um pouco
- Não, não contribui

10. Na tua opinião, de que forma é que a Educação Sexual na escola contribui para a tua formação pessoal e social? (Assinala os 3 pontos que consideras mais importantes)

- Ajuda a compreender melhor o meu corpo e as mudanças que ocorrem nele
- Contribui para tomar decisões mais informadas sobre a minha saúde e bem-estar sexual
- Ensina-me a respeitar a diversidade de género e orientação sexual
- Ajuda-me a prevenir situações de risco, como infeções sexualmente transmissíveis e gravidez indesejada.
- Melhora a minha capacidade de comunicar e estabelecer relações saudáveis
- Dá-me mais confiança para falar sobre sexualidade e afetos
- Ajuda-me a identificar e evitar situações de abuso ou violência
- Ensina-me sobre os meus direitos e a importância do consentimento
- Ajuda-me a desenvolver uma visão crítica sobre mitos e informações erradas sobre sexualidade

Secção II – Papel do Assistente social na Educação Sexual

Nesta secção é solicitado aos respondentes que digam o conhecimento que detêm quanto ao papel do Assistente social na escola, nomeadamente, no que concerne à Educação Sexual. De ressaltar que, o Assistente social trabalha na escola para promover o bem-estar e a qualidade de vida de todos os membros da comunidade escolar. Nesse sentido, apoia os alunos e as respetivas famílias, ajudando a resolver questões sociais, emocionais e familiares que podem afetar o desenvolvimento integral dos jovens. Promove o bem-estar, medeia conflitos, orienta sobre direitos e serviços, e contribui para um ambiente escolar mais inclusivo.

11. Como pode o Assistente social contribuir para a abordagem da Educação Sexual na escola? (Assinala os 3 pontos que consideras mais importantes)

- Esclarecer dúvidas sobre sexualidade de forma acessível, sem julgamentos e de forma confidencial
- Promover sessões informativas sobre temas de Educação Sexual
- Apoiar alunos que enfrentam dificuldades relacionadas com a sexualidade
- Trabalhar com professores e psicólogos para melhorar a abordagem da Educação Sexual na escola
- Intervir em casos de violência no namoro, bullying ou abuso sexual
- Fornecer materiais educativos e recursos sobre Educação Sexual
- Envolver as famílias na Educação Sexual de forma inclusiva e respeitosa

12. Pensas que o Assistente social pode ser um recurso para esclarecer alguma dúvida ou problema que tenhas no âmbito da Educação sexual? (Assinala apenas uma opção)

Sim Talvez Não

12.1 Justifica a tua resposta.

Secção III – Agradecimentos

Muito obrigada pela tua colaboração. Caso entendas que não foi perguntado no decorrer deste questionário algo que consideras pertinente, por favor regista abaixo.

Anexo B – Questionário aplicado às Docentes

Questionário - Professores

O questionário que se segue faz parte de uma investigação realizada no âmbito da dissertação do Mestrado em Serviço Social, no ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa, sob a orientação da Professora Doutora Carla Carvalho, intitulada «O Papel do Serviço Social na Educação Sexual dos Jovens: Abordagens nas Escolas». Mediante consentimento prévio informado e esclarecido assinado e cedido por si em suporte papel venho convidá-lo a responder a este questionário que tem como objetivos:

- Analisar a implementação da Educação Sexual no 3º ciclo do ensino básico e identificar os temas abordados;
- Conhecer a perceção que os atores envolvidos na escola têm quanto à Educação Sexual prestada aos jovens de Hoje.

Mais informamos que este questionário decorre da validação da Comissão de Ética da Escola de Sociologia e Políticas Públicas.

De ressaltar que este questionário é **anónimo** e toda a informação recolhida é estritamente **confidencial** e será apenas utilizada para fins da investigação. Os dados obtidos vão ser codificados posteriormente, para ser objeto de análise e dar resposta aos objetivos propostos.

Estima-se que a resposta a este questionário organizado em 4 secções demore de 15 minutos.

Recordamos que não existem respostas certas ou erradas pelo que solicitamos que seja sincero/a na resposta às questões, visando que este estudo venha a obter assim resultados fidedignos.

Secção I – Educação Sexual na Escola

Nesta secção é solicitado aos respondentes que nos digam o conhecimento que detêm acerca da Educação Sexual lecionada na escola.

13. Aborda/ou Educação Sexual no âmbito de alguma disciplina?

Sim Não

1.1 Saliente as estratégias a que recorre no âmbito da Educação Sexual?

(Assinale todas as opções que se aplicam)

- | | | | |
|---|--------------------------|-------------------------------------|--------------------------|
| Criação de materiais educativos (ex: cartazes, folhetos, ...) | <input type="checkbox"/> | Trabalhos de pesquisa | <input type="checkbox"/> |
| Debates/discussões guiadas | <input type="checkbox"/> | Fichas de trabalho | <input type="checkbox"/> |
| Jogos educativos e interativos | <input type="checkbox"/> | Palestras | <input type="checkbox"/> |
| Dramatização/role-playing | <input type="checkbox"/> | Análise e estudo de situações reais | <input type="checkbox"/> |
| Uso de recursos multimédia (ex: vídeos, filmes, ...) | <input type="checkbox"/> | Outras. Quais? _____ | <input type="checkbox"/> |
| Nenhuma das opções | <input type="checkbox"/> | | |

1.2 Indique a que recursos e materiais recorre para lecionar Educação Sexual?

(Assinale todas as opções que se aplicam)

- | | | | |
|--------------------------------|--------------------------|---|--------------------------|
| Manuais escolares | <input type="checkbox"/> | Referencial de Educação para a Saúde | <input type="checkbox"/> |
| Livros | <input type="checkbox"/> | Recursos digitais (ex: vídeos, websites, ...) | <input type="checkbox"/> |
| Material fornecido pela escola | <input type="checkbox"/> | Material fornecido via Centro de Saúde | <input type="checkbox"/> |
| Formação específica na área | <input type="checkbox"/> | Outros. Quais? _____ | <input type="checkbox"/> |

1.3 No âmbito da Educação sexual, indique que temas já abordou:

(Assinale todas as opções que se aplicam)

- | | | | |
|---------------------------|--------------------------|--|--------------------------|
| Imagem corporal | <input type="checkbox"/> | Orientação Sexual | <input type="checkbox"/> |
| Puberdade | <input type="checkbox"/> | Relações afetivas | <input type="checkbox"/> |
| Reprodução e nascimento | <input type="checkbox"/> | Infeções sexualmente transmissíveis | <input type="checkbox"/> |
| Contraceção e sexo seguro | <input type="checkbox"/> | Gravidez e parentalidade na adolescência | <input type="checkbox"/> |
| Ciclo menstrual | <input type="checkbox"/> | Consentimento e limites pessoais | <input type="checkbox"/> |
| Identidade de género | <input type="checkbox"/> | Outros. Quais? _____ | <input type="checkbox"/> |
| Nenhuma das opções | <input type="checkbox"/> | | |

14. Para lecionar Educação Sexual usufruiu de alguma formação em particular:

Sim Não

2.1 Se respondeu *Sim*, indique qual:

15. Considera que o nível de formação que detém se adequa aos conteúdos que aborda no âmbito da Educação Sexual? *(Assinale apenas uma opção)*

- Muito adequado
- Adequado
- Pouco adequado
- Inadequado

16. No âmbito da Educação Sexual, classifique qual o grau de confiança que dispõe para abordar os conteúdos: *(Assinale apenas uma opção)*

- Muito confiante
- Confiante
- Pouco confiante
- Nada confiante

4.1 Caso tenha respondido *Pouco confiante* ou *Nada confiante* refira o que poderia contribuir para aumentar a sua confiança:

17. Que nível de importância atribui à Educação Sexual para o currículo? *(Assinale apenas uma opção)*

- Muito importante
- Importante
- Pouco importante
- Nada importante

18. Que nível de importância atribui à Educação Sexual para a formação integral dos alunos enquanto cidadãos: *(Assinale apenas uma opção)*

- Muito importante
- Importante
- Pouco importante
- Nada importante

19. Na sua opinião, de que forma é que a Educação Sexual na escola contribui para a formação pessoal e social dos alunos? *(Assinale os 3 pontos que consideras mais importantes)*

- Ajuda os alunos a compreenderem melhor o seu corpo e as mudanças que ocorrem nele
- Contribui para que estes tomem decisões mais informadas sobre a sua saúde e bem-estar sexual
- Ensina os alunos a respeitarem a diversidade de género e orientação sexual
- Ajuda os alunos a prevenirem situações de risco, como infeções sexualmente transmissíveis e gravidez indesejada
- Melhora a capacidade dos alunos de comunicar e estabelecer relações saudáveis
- Dá mais confiança aos alunos para falar sobre sexualidade e afetos

Ajuda os alunos a identificarem e evitar situações de abuso ou violência

Ensina os alunos sobre os seus direitos e a importância do consentimento

Ajuda os alunos a desenvolverem uma visão crítica sobre mitos e informações erradas sobre sexualidade

20. Relativamente à participação dos alunos no âmbito da abordagem da Educação Sexual, na generalidade, a maioria é: (Assinale apenas uma opção)

Muito participativa

Participativa

Pouco participativa

Nada participativa

Participativa de forma inadequada

21. Descreva os principais constrangimentos com que confronta ao abordar temas no âmbito da Educação Sexual?

22. Usualmente, conta com colaboração de outros profissionais (ex: psicólogos, enfermeiros, ...) ou pares pedagógicos para a abordagem da Educação Sexual?

Sim Não

10.1 – Se referiu *Sim*, indique o grau de colaboração: (Assinale apenas uma opção)

Muita colaboração

Colaboração

Pouca colaboração

Nenhuma colaboração

Secção II – Papel do Assistente social na Educação Sexual

Nesta secção é solicitado aos respondentes que digam o conhecimento que detêm quanto ao papel do Assistente social na escola, nomeadamente, no que concerne à Educação Sexual.

23. Que nível de importância atribui ao papel do Assistente social no desenvolvimento da Educação Sexual dos alunos na escola? (Assinale apenas uma opção)

Muito importante

Importante

Pouco Importante

Nada Importante

24. Usualmente, conta com colaboração do Assistente social para a abordagem da Educação Sexual?

Sim Não

12.1 Se respondeu *Sim*, dê exemplos de apoio, recursos ou ações que obteve por parte do Assistente social no âmbito da Educação Sexual?

12.2 Se respondeu *Não*, indique de que forma o Assistente social, no seu entender, poderia colaborar na abordagem da Educação Sexual?

Secção III – Agradecimentos

Muito obrigada pela sua colaboração. Caso entenda que não foi perguntado no decorrer deste questionário algo que considere pertinente, por favor registe abaixo.

Anexo C – Guião de Entrevista aplicado à Assistente Social

Guião de Entrevista Semiestruturada – Assistente Social

A entrevista que se segue faz parte de uma investigação realizada no âmbito da dissertação do Mestrado em Serviço Social, no ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa, sob a orientação da Professora Doutora Carla Carvalho, intitulada «O Papel do Serviço Social na Educação Sexual dos Jovens: Abordagens nas Escolas». Mediante consentimento prévio informado e esclarecido assinado e cedido por si em suporte papel venho convidá-lo a participar nesta entrevista que tem como objetivos:

- Analisar a implementação da Educação Sexual no 3º ciclo do ensino básico e identificar os temas abordados;
- Conhecer a perceção que os atores envolvidos na escola têm quanto à Educação Sexual prestada aos jovens de Hoje.

Mais informamos que esta entrevista decorre da validação da Comissão de Ética da Escola de Sociologia e Políticas Públicas.

De ressaltar que esta entrevista é **anónima** e toda a informação recolhida é estritamente **confidencial** e será apenas utilizada para fins da investigação. Os dados obtidos vão ser codificados posteriormente, para ser objeto de análise e dar resposta aos objetivos propostos.

Estima-se que a resposta a esta entrevista organizado em 3 secções demore cerca de 45 minutos.

Secção	Objetivos Específicos	Questões de Entrevista	Tópicos
Secção I – Caracterização dos respondentes	Conhecer o perfil e a experiência da Assistente social na escola.	Caraterize a sua experiência como Assistente social na escola?	- N.º de horas que exerce na escola - Principais funções na escola -Experiências que destaca e porquê
Secção II – Educação Sexual na Escola	Identificar os temas abordados no 9º ano no âmbito da Educação Sexual.	Enquanto Assistente social, descreva sumariamente os temas abordados no âmbito da Educação Sexual?	- Temas abordados de Educação Sexual - Temas prioritários no 9º ano

	Identificar a metodologia e as estratégias utilizadas pelos professores e outros profissionais escolares ao abordar a educação sexual no 9º ano.	Descreva a metodologia e as estratégias a que costuma recorrer no âmbito da abordagem da Educação Sexual	<ul style="list-style-type: none"> - Estratégias - Metodologia - Formação específica de Educação Sexual
	Conhecer os desafios com que se confrontam na escola os agentes ao nível do ensino da Educação Sexual.	Identifique os principais desafios com que se confronta na escola ao nível do ensino da Educação Sexual?	<p>Desafios relacionados com:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Formação ou recursos - Comunidade escolar os alunos - Confiança
	Conhecer a perceção dos alunos do 9º ano sobre o ensino da educação sexual.	Atendendo à sua experiência, qual pensa que é a perceção dos alunos, nomeadamente os do 9.º ano, face ao ensino de temas no âmbito da Educação sexual?	<ul style="list-style-type: none"> - Perceção dos alunos - Temas em que têm mais curiosidade - Temas em que precisam de mais esclarecimento
		No âmbito da formação dos alunos enquanto cidadãos, que contributo pensa que a aprendizagem da Educação Sexual pode ter nos alunos?	<p>Exemplos de contributos no desenvolvimento pessoal e social dos alunos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Início da atividade sexual - Prevenção de gravidez - Prevenção de doenças sexualmente transmissíveis

			<ul style="list-style-type: none"> - Relações com os pares saudáveis e sem violência - Respeito pela diferença
		Ao abordar temas no âmbito da Educação Sexual descreva como é na generalidade a participação dos alunos	<ul style="list-style-type: none"> - Interesse e participação dos alunos
Secção III - Papel do Assistente social na Educação Sexual	Conhecer o papel dos docentes e do coordenador do PES no âmbito da educação sexual.	Descreva como se processa a articulação com os docentes da escola para a abordagem da Educação Sexual?	<ul style="list-style-type: none"> - Trabalho interdisciplinar - Colaboração - Constrangimentos - Contributos
	Identificar o contributo dos Assistentes Sociais na abordagem do tema da Educação Sexual	De que forma pensa que o Assistente social pode contribuir para a aprendizagem da Educação Sexual?	<ul style="list-style-type: none"> - Esclarecimento - Mediação entre família e escola
		Atendendo à sua experiência, o que pode a sua função contribuir para a otimização da aprendizagem da Educação Sexual na escola?	<ul style="list-style-type: none"> - No geral - Em específico no caso dos Assistentes Sociais

Anexo D – Guião de Entrevista aplicado à Enfermeira

Guião de Entrevista Semiestruturada – Enfermeira

A entrevista que se segue faz parte de uma investigação realizada no âmbito da dissertação do Mestrado em Serviço Social, no ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa, sob a orientação da Professora Doutora Carla Carvalho, intitulada «O Papel do Serviço Social na Educação Sexual dos Jovens: Abordagens nas Escolas». Mediante consentimento prévio informado e esclarecido assinado e cedido por si em suporte papel venho convidá-lo a participar nesta entrevista que tem como objetivos:

- Analisar a implementação da Educação Sexual no 3º ciclo do ensino básico e identificar os temas abordados;
- Conhecer a perceção que os atores envolvidos na escola têm quanto à Educação Sexual prestada aos jovens de Hoje.

Mais informamos que esta entrevista decorre da validação da Comissão de Ética da Escola de Sociologia e Políticas Públicas.

De ressaltar que esta entrevista é **anónima** e toda a informação recolhida é estritamente **confidencial** e será apenas utilizada para fins da investigação. Os dados obtidos vão ser codificados posteriormente, para ser objeto de análise e dar resposta aos objetivos propostos.

Estima-se que a resposta a esta entrevista organizado em 3 secções demore cerca de 45 minutos.

Secção	Objetivos Específicos	Questões de Entrevista	Tópicos
Secção I – Caracterização dos respondentes	Conhecer o perfil e a experiência da Enfermeira na escola.	Caraterize a sua experiência como Enfermeira na escola?	- N.º de horas que exerce na escola - Principais funções na escola - Experiências que destaca e porquê

Secção II – Educação Sexual na Escola	Identificar os temas abordados no 9º ano no âmbito da Educação Sexual.	Enquanto Enfermeira, descreva sumariamente os temas abordados no âmbito da Educação Sexual?	- Temas abordados de Educação Sexual - Temas prioritários no 9º ano
	Identificar a metodologia e as estratégias utilizadas pelos professores e outros profissionais escolares ao abordar a educação sexual no 9º ano.	Descreva a metodologia e as estratégias a que costuma recorrer no âmbito da abordagem da Educação Sexual	- Estratégias - Metodologia - Formação específica de Educação Sexual
	Conhecer os desafios com que se confrontam na escola os agentes ao nível do ensino da Educação Sexual.	Identifique os principais desafios com que se confronta na escola ao nível do ensino da Educação Sexual?	Desafios relacionados com: - Formação ou recursos - Comunidade escolar os alunos - Confiança
	Conhecer a perceção dos alunos do 9º ano sobre o ensino da educação sexual.	Atendendo à sua experiência, qual pensa que é a perceção dos alunos, nomeadamente os do 9.º ano, face ao ensino de temas no âmbito da Educação sexual?	- Perceção dos alunos - Temas em que têm mais curiosidade - Temas em que precisam de mais esclarecimento
		No âmbito da formação dos alunos enquanto cidadãos, que contributo pensa que a aprendizagem da Educação Sexual pode ter nos alunos?	Exemplos de contributos no desenvolvimento pessoal e social dos alunos: - Início da atividade sexual - Prevenção de gravidez

			<ul style="list-style-type: none"> - Prevenção de doenças sexualmente transmissíveis - Relações com os pares saudáveis e sem violência - Respeito pela diferença
		Ao abordar temas no âmbito da Educação Sexual descreva como é na generalidade a participação dos alunos	<ul style="list-style-type: none"> - Interesse e participação dos alunos
Secção III - Papel do Assistente social na Educação Sexual	Conhecer o papel dos docentes e do coordenador do PES no âmbito da educação sexual.	Descreva como se processa a articulação com os docentes da escola ou outros pares para a abordagem da Educação Sexual?	<ul style="list-style-type: none"> - Trabalho interdisciplinar - Colaboração - Constrangimentos - Contributos
	Identificar o contributo dos Assistentes Sociais na abordagem do tema da Educação Sexual	De que forma pensa que o Assistente social pode contribuir para o desenvolvimento do da Educação Sexual?	<ul style="list-style-type: none"> - Contributo do assistente social para a Educação Sexual - Estratégias - Colaboração
		No seu entender o que poderia contribuir para a otimização da abordagem da Educação Sexual no ensino básico?	<ul style="list-style-type: none"> - Reformulação de estratégias

Anexo E – Guião de Entrevista aplicado à Coordenadora do GIA

Guião de Entrevista Semiestruturada – Coordenador do GIA

A entrevista que se segue faz parte de uma investigação realizada no âmbito da dissertação do Mestrado em Serviço Social, no ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa, sob a orientação da Professora Doutora Carla Carvalho, intitulada «O Papel do Serviço Social na Educação Sexual dos Jovens: Abordagens nas Escolas». Mediante consentimento prévio informado e esclarecido assinado e cedido por si em suporte papel venho convidá-lo a participar nesta entrevista que tem como objetivos:

- Analisar a implementação da Educação Sexual no 3º ciclo do ensino básico e identificar os temas abordados;
- Conhecer a perceção que os atores envolvidos na escola têm quanto à Educação Sexual prestada aos jovens de Hoje.

Mais informamos que esta entrevista decorre da validação da Comissão de Ética da Escola de Sociologia e Políticas Públicas.

De ressaltar que esta entrevista é **anónima** e toda a informação recolhida é estritamente **confidencial** e será apenas utilizada para fins da investigação. Os dados obtidos vão ser codificados posteriormente, para ser objeto de análise e dar resposta aos objetivos propostos.

Estima-se que a resposta a esta entrevista organizado em 3 secções demore cerca de 45 minutos.

Secção	Objetivos Específicos	Questões de Entrevista	Tópicos
Secção I – Caracterização dos respondentes	Conhecer o perfil e a experiência do coordenador do GIA na escola.	Caraterize o cargo de Coordenador do GIA que exerce na escola?	- N.º de anos que exerce - Funções - Objetivos do GIA - Metas a alcançar - Público-alvo - Temas que aborda
Secção II – Educação Sexual na Escola	Identificar os temas abordados no 9º ano no âmbito da Educação Sexual.	No âmbito do GIA identifique quais são os temas abordados da	- Temas de Educação Sexual no 9º ano

		Educação Sexual no 9º ano?	
	Identificar a metodologia e as estratégias utilizadas pelos professores e outros profissionais escolares ao abordar a educação sexual no 9º ano.	Descreva a metodologia e as estratégias a que costuma recorrer no âmbito da abordagem da Educação Sexual	<ul style="list-style-type: none"> - Estratégias - Metodologia - Formação específica de Educação Sexual
	Conhecer os desafios com que se confrontam na escola os agentes ao nível do ensino da Educação Sexual.	Identifique os principais desafios com que se confronta na escola ao nível do ensino da Educação Sexual?	<p>Desafios relacionados com:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Formação ou recursos - Comunidade escolar os alunos - Confiança
	Conhecer a perceção dos alunos do 9º ano sobre o ensino da educação sexual.	Atendendo à sua experiência, qual pensa que é a perceção dos alunos, nomeadamente os do 9.º ano, face ao ensino de temas no âmbito da Educação sexual?	<ul style="list-style-type: none"> - Perceção dos alunos - Temas em que têm mais curiosidade - Temas em que precisam de mais esclarecimento
		No âmbito da formação dos alunos enquanto cidadãos, que contributo pensa que a aprendizagem da Educação Sexual pode ter nos alunos?	<p>Exemplos de contributos no desenvolvimento GIAsoal e social dos alunos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Início da atividade sexual - Prevenção de gravidez - Prevenção de doenças sexualmente transmissíveis

			<ul style="list-style-type: none"> - Relações com os pares saudáveis e sem violência - Respeito pela diferença
		Ao abordar temas no âmbito da Educação Sexual descreva como é na generalidade a participação dos alunos	<ul style="list-style-type: none"> - Interesse e participação dos alunos
	Conhecer o papel e a visão dos professores e do coordenador do GIA na implementação da educação sexual.	Descreva como se processa a articulação com os docentes da escola ou outros pares para a abordagem da Educação Sexual?	<ul style="list-style-type: none"> - Trabalho interdisciplinar - Colaboração específica com o Assistente social - Constrangimentos - Contributos
		Atendendo à sua experiência, o que pode a sua função contribuir para a otimização da aprendizagem da Educação Sexual na escola?	<ul style="list-style-type: none"> - No geral - Em específico no caso do coordenador GIA
Secção III - Papel do Assistente social na Educação Sexual	Identificar o contributo dos assistentes sociais na abordagem do tema da Educação Sexual	De que forma pensa que o Assistente social pode contribuir para o desenvolvimento do GIA, nomeadamente no âmbito da Educação Sexual?	<ul style="list-style-type: none"> - Contributo do assistente social para a Educação Sexual - Estratégias - Colaboração
		No seu entender o que poderia contribuir para melhoria a abordagem da	<ul style="list-style-type: none"> - Reformulação de estratégias

		Educação Sexual no ensino básico?	
--	--	-----------------------------------	--

Anexo F – Parecer Final da Comissão de Ética da Escola de Sociologia e Políticas Públicas

iscte INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

**COMISSÃO DE ÉTICA
DA ESCOLA DE SOCIOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS**

O projeto submetido pela investigadora Maria Beatriz Fernandes foi apreciado pela Comissão de Ética da Escola de Sociologia e Políticas Públicas do Iscte.

Assegurados que se encontram a natureza voluntária da participação, o consentimento livre e informado, o anonimato e a confidencialidade dos dados coligidos, a Comissão de Ética da Escola de Sociologia e Políticas Públicas do Iscte entendeu ratificar o parecer favorável emitido em 10 de abril de 2025 pela relatora designada para o efeito, Prof^a Doutora Violeta Alarcão (em anexo).

Lisboa, 29 de julho de 2025.

A Presidente da Comissão de Ética da ESPP, Cláudia Alvares



Anexo G – Documento de Consentimento Informado para os EE

Consentimento Informado

O presente estudo surge no âmbito de um projeto de investigação a decorrer no **Iscte – Instituto Universitário de Lisboa**.

Título do estudo: O Papel do Serviço Social na Educação Sexual dos Jovens: Abordagens nas Escolas

Pessoa responsável pelo estudo: Maria Beatriz Antunes Fernandes

Objetivos gerais do estudo: **(I)** Analisar a implementação da educação sexual no 3º ciclo do ensino básico e identificar os temas abordados; **(II)** Conhecer a perceção que os atores envolvidos na escola têm quanto à Educação Sexual prestada aos jovens de Hoje.

Duração esperada da participação: O questionário terá um tempo estimado de 15 minutos.

Voluntariado, anonimato e confidencialidade: A participação no estudo é estritamente **voluntária**, pode escolher livremente se quer que o seu Educando participe ou não participe. Se tiver escolhido que o seu Educando participe, pode interromper a participação em qualquer momento sem ter de prestar qualquer justificação. Para além de voluntária, a participação é também **anónima e confidencial**. Os dados obtidos destinam-se apenas a tratamento estatístico e nenhuma resposta será analisada ou reportada individualmente. Em nenhum momento do estudo precisará o seu Educando de se identificar. O princípio do anonimato dos participantes está salvaguardado uma vez que os dados recolhidos serão codificados.

Período de conservação de dados e armazenamento: 1 ano.

Contacto em caso de dúvida: maria.fernandes485@gmail.com ou mbafs1@iscte-iul.pt

Declaro ter compreendido os objetivos do que me foi proposto e explicado pela investigadora, ter-me sido dada oportunidade de fazer todas as perguntas sobre o presente estudo e para todas elas ter obtido resposta esclarecedora, pelo que **aceito** que o meu Educando nele participe.

Nome do Educando: _____

Nome do Encarregado de Educação: _____

_____ (assinatura), _____ (local),
_____ / ____ / _____ (data)

Anexo H – Documento de Consentimento Informado para as Docentes

Consentimento Informado

O presente estudo surge no âmbito de um projeto de investigação a decorrer no **Iscte – Instituto Universitário de Lisboa**.

Título do estudo: O Papel do Serviço Social na Educação Sexual dos Jovens: Abordagens nas Escolas

Pessoa responsável pelo estudo: Maria Beatriz Antunes Fernandes

Objetivos gerais do estudo: **(I)** Analisar a implementação da Educação Sexual no 3º ciclo do ensino básico e identificar os temas abordados; **(II)** Conhecer a perceção que os atores envolvidos na escola têm quanto à Educação Sexual prestada aos jovens de Hoje.

Duração esperada da participação: O questionário terá um tempo estimado de 15 minutos.

Voluntariado, anonimato e confidencialidade: A participação no estudo é estritamente **voluntária**, uma vez que pode escolher livremente participar ou não participar. Se tiver escolhido participar, pode interromper a participação em qualquer momento sem ter de prestar qualquer justificação. Para além de voluntária, a participação é também **anónima e confidencial**. Os dados obtidos destinam-se apenas a tratamento estatístico e nenhuma resposta será analisada ou reportada individualmente. Em nenhum momento do estudo precisa de se identificar. O princípio do anonimato dos participantes está salvaguardado, uma vez que os dados recolhidos serão sujeitos a um processo de **pseudonimização**.

Período de conservação de dados e armazenamento: 1 ano.

Contacto em caso de dúvida: maria.fernandes485@gmail.com ou mbafs1@iscte-iul.pt

Declaro ter compreendido os objetivos do que me foi proposto e explicado pela investigadora, ter-me sido dada oportunidade de fazer todas as perguntas sobre o presente estudo e para todas elas ter obtido resposta esclarecedora, pelo que **aceito** nele participar.

Nome: _____

_____ (assinatura), _____ (local), ____ / ____ / ____
(data)

Anexo I – Documento de Consentimento Informado para as Profissionais do GIA

Consentimento Informado

O presente estudo surge no âmbito de um projeto de investigação a decorrer no **Iscte – Instituto Universitário de Lisboa**.

Título do estudo: O Papel do Serviço Social na Educação Sexual dos Jovens: Abordagens nas Escolas

Pessoa responsável pelo estudo: Maria Beatriz Antunes Fernandes

Objetivos gerais do estudo: **(I)** Analisar a implementação da Educação Sexual no 3º ciclo do ensino básico e identificar os temas abordados; **(II)** Conhecer a perceção que os atores envolvidos na escola têm quanto à Educação Sexual prestada aos jovens de Hoje.

Duração esperada da participação: A entrevista terá um tempo estimado de 45 minutos.

Voluntariado, anonimato e confidencialidade: A participação no estudo é estritamente **voluntária**, uma vez que pode escolher livremente participar ou não participar. Se tiver escolhido participar, pode interromper a participação em qualquer momento sem ter de prestar qualquer justificação. Para além de voluntária, a participação é também **anónima e confidencial**. Os dados obtidos destinam-se apenas a tratamento estatístico e nenhuma resposta será analisada ou reportada individualmente. Em nenhum momento do estudo precisa de se identificar. O princípio do anonimato dos participantes está salvaguardado uma vez que os dados recolhidos serão codificados.

Período de conservação de dados e armazenamento: 1 ano.

Contacto em caso de dúvida: maria.fernandes485@gmail.com ou mbafs1@iscte-iul.pt

Declaro ter compreendido os objetivos do que me foi proposto e explicado pela investigadora, ter-me sido dada oportunidade de fazer todas as perguntas sobre o presente estudo e para todas elas ter obtido resposta esclarecedora, pelo que **aceito** nele participar.

Nome: _____

_____ (assinatura), _____ (local), ____ / ____ / ____
(data)